



PROSAMIM

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS



PROJETO BÁSICO AVANÇADO DO IG40
Aspectos Sociais - Tomo II

**ASPECTOS SOCIAIS
TOMO II
PLANO DE TRABALHO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

ÍNDICE

Apresentação.....	4
Introdução.....	6
Capítulo 1 - Antecedentes e Caracterização sócio econômica e organizativa da população	9
1.1 Antecedentes.....	9
1.2 Dados Históricos de ocupação do igarapé.....	11
1.3 Desenvolvimento do trabalho social – Caracterização Sócio Econômica e organizativa da população.....	12
1.4 Dados da População.....	14
1.5 Caracterização das famílias residentes em imóveis cadastrados.....	15
1.6 Caracterização do domicílio.....	16
1.7 Caracterização do grupo familiar.....	18
1.8 Cobertura de equipamentos e serviços.....	21
1.9 Esporte e lazer.....	25
1.10 Caracterização da organização da comunidade.....	26
1.11 Principais problemas e reivindicações levantados pela comunidade.....	28
1.12 Vulnerabilidades encontradas na população afetada.....	29
Capítulo 2 – Detalhamento da proposta de trabalho técnico social e ambiental integrado	30
2.1 Proposta de trabalho social para as fases de projeto, obras e pós obras.....	31
2.2 Metodologia.....	36
2.3 Projeto 1 – Mobilização, participação e organização comunitária.....	40
2.4 Referencial conceitual e estratégias metodológicas	41
2.5 Ações e atividades propostas.....	42
2.6 Projeto 2 – Trabalho social e apoio as obras e execução das remoções de moradias e reassentamento das populações.....	50
2.7 Projeto 3 – Educação Ambiental e sanitária.....	63
2.8 Projeto 4 – Apoio ao desenvolvimento social à geração de ocupação e renda.....	73
2.9 Projeto 5 – Avaliação e acompanhamento pós implantação do empreendimento.....	78
2.10 Estrutura de coordenação e execução do trabalho.....	91
2.11 Estrutura técnica de execução do trabalho social	91
Capítulo 3 – Orçamento.....	94
Capítulo 4 – Cronograma de atividades.....	97
Capítulo 5 – Resultados Esperados.....	104
5.1 Resultados de impacto.....	105
5.2 Resultados operacionais.....	105
Anexos	107



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS



PROJETO BÁSICO AVANÇADO DO IG40
Aspectos Sociais - Tomo II

APRESENTAÇÃO

1- APRESENTAÇÃO

1.1 Estrutura de Apresentação do Trabalho Contratado

O conjunto do trabalho contratado foi dividido em Grupos, Tomos e Volumes, e sua estrutura é apresentada abaixo:

- **GRUPO I – ASPECTOS SOCIAIS**
 - TOMO I – PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, REASSENTAMENTO E RELOCAÇÃO
 - TOMO II – PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA
- **GRUPO II – ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA**
 - TOMO I – ESTUDOS DE ALTERNATIVAS
 - TOMO II – MACRO-DRENAGEM
 - TOMO III – MICRO-DRENAGEM
 - TOMO I – SISTEMA VIÁRIO
 - TOMO V – ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 - TOMO VI – ESGOTAMENTO SANITÁRIO
 - TOMO VII – LIMPEZA PÚBLICA
 - TOMO VIII – ASPECTOS URBANOS E HABITACIONAIS
 - TOMO IX – ORÇAMENTOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
CRONOGRAMA DE OBRAS
- **GRUPO III – ESTUDOS ECONÔMICOS**
 - TOMO I – ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA
- **GRUPO IV – ESTUDOS AMBIENTAIS**
 - TOMO I – PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL
- **GRUPO V – SERVIÇOS DE CAMPO**
 - TOMO I – LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS
 - TOMO II – LEVANTAMENTOS E ENSAIOS GEOTÉCNICOS

1.2 Conteúdo deste Volume

Este **Tomo II** do **Grupo I** contém o **EPlano de Participação Comunitária** referente à **Bacia do Igarapé do Quarenta e seus Afluentes**, no trecho limitado entre a ponte da rua Maués e as áreas de cabeceiras.

Este trabalho constitui parte integrante dos “**Estudos e Projetos Básicos Avançados do igarapé do Quarenta e seus Afluentes**” de forma a dar continuidade ao “Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus-PROSAMIM”, objeto do contrato nº 007/2007 – UGPI, firmado entre a Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus e a CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S/A.



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS



PROJETO BÁSICO AVANÇADO DO IG40
Aspectos Sociais - Tomo II

INTRODUÇÃO

2 – INTRODUÇÃO

Este Plano vem atender aos critérios para o Segundo Financiamento solicitado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, pelo Governo do Estado do Amazonas visando complementar as obras de intervenção iniciadas no Igarapé do Quarenta.

Este plano faz parte do conjunto de estudos e projetos técnicos do Projeto Avançado Básico, envolvendo as áreas de: (i) reassentamento, (ii) engenharia, (iii) estudo de viabilidade socioeconômica (iv) fortalecimento institucional, (v) estudo de viabilidade institucional e (vi) estudo de avaliação ambiental estratégica, que resultem em melhor qualidade de vida para a população residente em cada área.

Neste contexto se insere o Plano Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental que é, pois, o instrumento que viabilizará as ações de participação, organizado a partir dos princípios da **(i)** participação social que busca ouvir a comunidade para negociação e acompanhamento das ações do PROSAMIM; **(ii)** da descentralização administrativa, uma vez que o "locus" privilegiado onde as ações se concretizam é a área dos Igarapés e o **(iii)** princípio da cooperação e parceria, já que se faz necessário o agir com racionalidade e planejamento, realizando interfaces entre os atores sociais a fim de que se obtenha melhor qualidade de vida.

O Documento se apresenta composto por cinco capítulos: Capítulo 1- Trata dos antecedentes e da caracterização sócio econômica e organizativa da população. O Capítulo 2 – Detalha a proposta de Trabalho Social e Ambiental Integrado, composta por seis Projeto: Projeto 1 – Mobilização, Participação e Organização Comunitária, Projeto 2 – Trabalho Social de Apoio às Obras e execução das Remoções de moradias e Reassentamento das populações. Projeto 3 – Educação Ambiental e Sanitária, Projeto 4 – Apoio ao Desenvolvimento Social e Geração de Renda, Projeto 5 – Trabalho Social de Acompanhamento Pós-Obras, e Projeto 6 – Comunicação Social. O Capítulo 3, apresenta a estimativa de custos, resultando no valor de R\$ 3.647.680,00 para a realização das atividades no período de quarenta e oito meses; ficando R\$ 2.106.880,00 para Apoio a Mobilização Comunitária; R\$ 447.680,00, para as ações de Educação Sanitária e Ambiental; R\$ 813.120,00 para as ações de Geração de Emprego e Renda; R\$ 280.000,00 para as ações de Comunicação Social / Trabalho Social. O capítulo 4 demonstra o cronograma de atividades e finalmente o Capítulo 5- demonstra os resultados esperados.



PROSAMIM

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS



PROJETO BÁSICO AVANÇADO DO IG40
Aspectos Sociais - Tomo II

Nos anexos encontram-se as trajetórias do Plano onde são relatadas as fases já vivenciadas, o Relatório Preliminar da Pesquisa Socioeconômica e Habitacional Censitária, Relatório das Ações de Mobilização, informação e organização da comunidade – Atas e o Relatório dos Equipamentos Sociais da Área.



PROSAMIM

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS



PROJETO BÁSICO AVANÇADO DO IG40
Aspectos Sociais - Tomo II

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES E CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E ORGANIZATIVA DA POPULAÇÃO.

1.1 -Antecedentes

O **Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM**, objeto do Contrato 1692/OC-BR, firmado entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, está classificado como um programa de obras múltiplas, que objetiva solucionar problemas sócio-ambientais instalados ao longo dos cursos d'água (igarapés) que integram as bacias hidrográficas da Capital do Estado, a partir da gestão pública compartilhada.

Eleita como prioritária na primeira fase do programa, bacia hidrográfica dos Educandos – Quarenta, por apresentar não só maior densidade ocupacional (115,05hab/ha), como também concentrar os mais graves problemas ambientais de Manaus: desmatamento de áreas de preservação permanente, com o comprometimento de áreas de cabeceira, poluição hídrica doméstica e industrial, excessiva impermeabilização do solo e ocupação irregular de margens e leitos de cursos d'água. As intervenções ocorrem na amostra representativa do Programa, constituída pelos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, localizados na zona centro-sul da Cidade, totalizando 5,87 km de extensão nos quais se aglomeravam 2.334 famílias em total exclusão social, residindo em palafitas de estrutura precária edificadas em áreas de alto risco geotécnico, sujeitas às inundações periódicas, desprovidas de serviços públicos essenciais como saneamento básico, iluminação, coleta de lixo e segurança pública (ou atendidas de maneira insipiente). Em 2003, foi iniciado o diagnóstico sócio-econômico e ambiental detalhado na área de influência direta da referida bacia hidrográfica, tendo os resultados possibilitados a estruturação do PROSAMIM em dois amplos componentes (**Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional; Sustentabilidade Social e Institucional**), que abrigam um conjunto de sub-componentes interdependentes e multidisciplinares, cujas metas principais são:

- (i) Recuperar a função de drenagem dos igarapés (macro e microdrenagem);
- (ii) Promover o reordenamento urbano e reassentamento das famílias afetadas pelas obras, incluindo a regularização fundiária das propriedades;
- (iii) Implantar parques e equipamentos públicos de serviços e convivência social;
- (iv) Melhorar a circulação viária no centro da cidade;
- (v) Promover o saneamento básico da área de intervenção;
- (vi) Melhorar a capacidade operacional e de gestão dos organismos envolvidos no Programa, objetivando a eficaz operação e manutenção posterior da infraestrutura instalada;
- (vii) Promover a participação efetiva da comunidade no estabelecimento de condições necessárias para a sustentabilidade das ações incluídas no Programa.

O contrato de empréstimo para a 1ª fase do Programa foi assinado entre as partes em 19 de janeiro de 2006, envolvendo recursos da ordem de US\$ 200,000,000 (duzentos milhões de dólares americanos), cabendo ao BID o aporte de 70% e ao Estado do Amazonas 30% a título de contra-partida local.

Após 19 meses da contratação do empréstimo, a Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM em conjunto com os demais gestores do Programa, atingiu as condições exigidas e realizou com sucesso a **Avaliação de Meio Termo do Programa**, demonstrando eficiência na execução físico-financeira dos componentes que o integram, fato que incentivou o Governo do Estado a iniciar entendimentos com o BID para a contratação da 2ª fase do PROSAMIM, cuja área-foco é continuação das obras da bacia do Educandos, do trecho que compreende entre a ponte de Avenida Maués à Rua Javari, no Distrito Industrial de Manaus e a bacia hidrográfica do São Raimundo, que se estende da zona centro-oeste para norte da cidade.

1.2- Dados históricos de ocupação do Igarapé do 40

O Igarapé do Quarenta ou “40” como é popularmente conhecido, está localizado na cidade de Manaus, precisamente na bacia dos Educandos, perfazendo um área aproximada de 50km², ficando sua nascente no Bairro de São Jose, a extremo nordeste do Distrito Industrial a montante do Bairro Armando Mendes na Unidade de Conservação da Vida Silvestre Sauim - Castanheira, lá encontra-se quase em seu estado natural , com cobertura vegetal original.Sua preservação consta do Contrato 1692/OC-BR.

A ocupação da bacia do Quarenta remonta ao início da expansão da malha urbana da cidade. Da foz da bacia de Educandos, passando pela confluência dos bairros de Educandos e Cachoeirinha até a altura da Rua Maués, o ocupação correspondia ao período anterior a Zona Franca de Manaus.

Procurar alternativas de moradias nos Igarapés, particularmente do Igarapé do 40, que por se constituir em área alagável , o valor da terra era inexistente e conseqüentemente a moradia mais barata. Por conta disto houve a ocupação gradativa do Quarenta até a confluência do Bairro Armando Mendes, bairro proveniente de invasão, como a maioria dos bairros em Manaus, onde a ausência do poder público no planejamento urbano, leva a população invasora a incorrer no manejo incorreto do igarapé, que passa a ser utilizado como depósito de lixo e esgoto sanitário dos moradores.

Em sua margem esquerda, o Igarapé do 40 corta os fundos do Campus Universitário, descendo à direita o Conjunto Atílio Andreazza e Japiim II, até cruzar a estrada do Contorno no início do Distrito Industrial.

Antes de desaguar no rio Negro, separando o Bairro do Educandos do centro de Manaus o Quarenta atravessa os bairros: Cachoeirinha, Morro da Liberdade, Betânia, Japiim, Raiz e Distrito Industrial.

1.3 Desenvolvimento do Trabalho Social - Caracterização Sócia Econômica e organizativa da População.

O diagnóstico sócio-econômico apresentado é resultado do levantamento de dados que combina a pesquisa socioeconômica e físico territorial aplicada na área de afetação do PROSAMIM - Segundo Financiamento; os levantamentos qualitativos feitos na área e no entorno com lideranças comunitárias e dirigentes de equipamentos e programas públicos; o levantamento de dados institucionais junto aos órgãos responsáveis pela implementação das políticas sociais municipais a ação direta junto à população, e pesquisa de satisfação, quanto a opção de reassentamento, aplicada a 100 beneficiários do PROSAMIM no âmbito das bacias do Educandos e do São Raimundo.

A pesquisa cadastral atendeu ao objetivo de levantar de forma censitária o conjunto de informações sobre os domicílios e as famílias que ocupam a área selecionada para a intervenção do PROSAMIM Segundo financiamento. Foi realizada seguindo questionário estruturado segundo modelo não objetado pelos consultores do BID.

Os levantamentos qualitativos tiveram como objetivo complementar os dados necessários para a caracterização total da área, em termos sócio-econômicos e, especialmente, em termos históricos e organizativos, com vistas a cumprir as exigências do Programa e subsidiar a intervenção da equipe. Para a realização de tais levantamentos utilizaram roteiro de entrevista estruturada com dirigentes de equipamentos públicos, lideranças da área e responsáveis por Entidades Sociais.

Junto às instituições estaduais, municipais, e não governamentais foram levantados os dados relativos aos equipamentos, serviços e programas que atendem à população em termos de políticas sociais.

No processo de levantamento de dados e elaboração do diagnóstico buscou-se o conhecimento da área em relação à sua história, à sua organização enquanto comunidade, à relação e uso dos equipamentos públicos, à sua percepção sobre os maiores problemas e também sobre suas potencialidades. Buscou-se essencialmente obter, de fato, um Diagnóstico Social compartilhado.

Entre os diversos instrumentos de trabalho está juntado como Anexo, a Pesquisa Sócio-econômica Cadastral na Área, que demonstra a prévia identificação da população beneficiária, condição do Programa.

1.4 – Dados da População

Este Projeto tem como população diretamente afetada as famílias e titulares de imóveis residentes e cadastrados ao longo do Igarapé do 40, no trecho compreendido entre a Ponte da avenida Maués e a rua Javari, no Distrito Industrial de Manaus. De forma indireta, o Projeto beneficiará também a população do entorno, que terá acesso à rede de esgoto sanitário, aos Parques e equipamentos urbano públicos, além de ampliada sua condição de acesso a políticas e serviços públicos.

1.4.1 – Situação de pesquisa dos imóveis cadastrados

O Cadastro foi realizado no período de agosto a novembro de 2007 na área compreendida entre a Ponte da Avenida Maués e a Rua Javari. A área foi dividida em três trechos de pesquisa e foram arrolados 5.238 domicílios, num total de 19165 pessoas.

Para a elaboração do diagnostico trabalhamos as informações do Banco de dados, considerando o recorte feito para aplicação do Projeto Básico Avançado o qual abrange diretamente 3.733 imóveis, com uma população efetivamente cadastrada de 3.389 famílias uma vez que houve duplicidade de proprietários, respondentes da pesquisa.

Considerando este agrupamento de trechos, o resultado geral das entrevistas foi o seguinte:

IGARAPÉ DO QUARENTA	
No. domicílios pesquisado	5238
No. domicílios a serem trabalhados na área de projeto	3389
No. Moradores da área do projeto que responderam mais de uma vez a pesquisa	12.510

1.4.2 População a ser atendida

O parâmetro de atendimento é de uma solução para cada imóvel cadastrado. Considerando esta premissa e os dados já apresentados antes, a população a ser atendida está caracterizada da seguinte forma:

- Nº de Imóveis: 3389
- Média de Moradores por Domicílio Com Entrevista: 3,6
- População Projetada: 12.510

Na metodologia de cadastramento da CONCREMAT, foram encontradas a seguinte situação de famílias co-habitantes:

PESQUISA IGARAPE DO 40 AREA DO PROJETO GLOBAL		
QUANTOS NÚCLEOS FAMILIARES MORAM NA SUA CASA HOJE?		
Respostas	Qtde	%
1) UM	3012	88,9
2) DOIS	204	6,0
3) TRÊS	47	1,40
4) MAIS DE TRÊS	8	0,2
5) NS/NR	118	3,5
Total :	3389	100

Fonte: <http://rl.suhab.am.gov.br/habitacao/eventos/grafico.php>

O exemplo do que já ocorre no PROSAMIM, nos igarapés de Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, as famílias co-habitantes não terão um atendimento específico, exceto em casos que tornem a solução disponibilizada inviável, requerendo estudo de caso. Para tais situações o Projeto deverá ter uma reserva técnica cuja destinação é à correção de eventuais erros cadastrais detectados e também situações de co-habitação familiar excessiva, incompatíveis com a solução habitacional ofertada para uma família.

1.5.Caracterização das Famílias Residentes e Imóveis Cadastrados.

Tem-se aqui uma análise sumária das informações mais relevantes para o diagnóstico, selecionadas entre o conjunto de informações pesquisadas. Destaque-se que todos estes dados abrangem apenas os domicílios efetivamente entrevistados, localizados dentro da área destacada como sendo de projeto.

a) Uso do Imóvel e Situação de ocupação do imóvel

Com relação ao item uso do imóvel na pesquisa do Igarapé do 40, a maioria dos pesquisados, 3.118 ocupam seus imóveis com fins residenciais, 92 imóveis atualmente são utilizados para fins comerciais , 3 são utilizados com fins educacionais , 11 são igrejas e 165 são utilizados com finalidades mistas.

PESQUISA IGARAPE DO 40	
Evento 5946 - AREA DO PROJETO GLOBAL	
ESTE IMÓVEL É :	
Respostas	Qtde
1) RESIDENCIAL	3118
2) COMERCIAL	92
3) EDUCACIONAL	3
4) RELIGIOSO	11
5) MISTO (RESIDENCIAL+OUTRO USO)	165
Total:	3389

Fonte:<http://rl.suhab.am.gov.br/habitacao/eventos/grafico.php>

b) Domicílios x Número Residentes no Domicílio

No trecho trabalhado pela pesquisa denominado de Igarapé do 40 2º Financiamento, área global do projeto foram entrevistados 3389 domicílios, nos quais tem-se 12.510 moradores.

c) Número de pessoas e famílias por domicílio

NÚMERO DE PESSOAS E FAMÍLIAS POR DOMICÍLIO		
Variáveis	Quantidades	%
1 pessoa	497	14,6
2 a 3 pessoas	1216	37,2
4 a 6 pessoas	1262	35,6
7 a 9 pessoas	234	7,2
Mais de 10 pessoas	60	1,8
Não responderam	120	3,6
Total		100
NÚMERO DE FAMÍLIAS POR DOMICÍLIO		
1	3012	88,88
2	204	6,02
3	47	1,39
Mais de 3	8	0,24
Não responderam	118	3,47
Total	3389	100

1.6 - Caracterização do Domicílio

a) Forma de Ocupação do Imóvel

Quando verificada a forma de ocupação, 1680 pessoas se tornaram proprietário construindo em terreno vago, ou comprando de terceiros, 696 encontram-se na situação de inquilino e 817 se dizem herdeiros moram em situação de cedido.

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	%
Proprietário	1680	49,57
Inquilino	696	20,53
Cedido	817	24,10
NR	196	5,80
Total	3389	100

b) Anos de moradia no domicílio

O tempo de moradia com maior frequência é de 11 a 30 anos (39,4 % dos moradores entrevistados), caracterizado pelas famílias que tradicionalmente moram no igarapé, seguido de 33% que residem entre 0 a 3 anos, período muito recente, pode-se atribuir que a escolha pela moradia no igarapé a partir da implantação do PROSAMIM é caracterizada pela oportunidade de conseguir uma moradia digna, em áreas urbanizadas, o que vem provocando uma corrida para estas áreas. Os demais 26,9% residem na área entre 4 a 10 anos .

Ao cruzarmos as informações entre o tempo de moradia no igarapé em relação ao possuidor , o inquilino e o cedido.

TEMPO DE OCUPAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS /POSSEIROS						
Variáveis	Posseiro		Inquilino		Cedido	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
0 a 6 meses	28	1,7	112	16,1	18	2,2
7 a 11 meses	20	1,3	79	11,4	14	1,7
1 a 3 anos	266	15,8	342	49,13	180	22,1
4 a 6 anos	255	15,2	93	13,4	109	13,3
7 a 10 anos	250	14,9	33	4,7	118	14,4
11 a 20 anos	411	24,4	33	4,7	179	21,9
+ de 20 anos	333	19,8	4	0,57	146	17,9
+ de 30 anos	117	6,9	0	0	53	6,5
TOTAL	1680	100	696	100	817	100
Não responderam	196					
Total	3389					

1.7 - Caracterização do Grupo Familiar

a) Sexo

No conjunto de domicílios entrevistados na área a ser trabalhada tem-se 3389 domicílios, onde a predominância de famílias chefiadas por mulheres, é de 63,6%.

SEXO DO CHEFE DA FAMÍLIA	PESSOAS	% TOTAL
Feminino	2157	63,6
Masculino	1052	31,4
Sem informação	180	5,0
Total	3389	100

c) Idade.

Tem-se uma população chefe de família majoritariamente adulta, 55,33% com cerca de metade enquadrada como jovem ou adulto. 5,8 dos tem idade entre 16 a 20 anos e 8,23% possuem idade de 61 a 80 anos sendo enquadrado como idoso.

ITEM	PESSOAS	% TOTAL
Entre 16 e 20 anos	186	5,8
Entre 21 e 30 anos	1003	31,03
Entre 31 e 40 anos	794	24,3
Entre 41 e 50 anos	516	16,1
Entre 51 e 60 anos	314	9,2
Entre 61 e 80 anos	211	2,81
Mais de 80 anos	181	5,34
Sem informação	184	5,42
Total	3389	100

d) Escolaridade

O grau de escolaridade predominante entre o respondente, chefe de família é o ensino médio, com 31,74%, representando 1076 pessoas. Com estudo de Ensino Fundamental, 1401 das pessoas entrevistadas. O percentual de chefes com nenhuma ou pouca escolaridade é significativo com percentual de 25%. O percentual de moradores com ensino universitário é residual: 2,24%

GRAU DE ESCOLARIDADE	PESSOAS	% TOTAL
Doutorado	01	0,02
Mestrado	01	0,02
Especialização	13	0,38
Superior	61	1,80
1º do Ensino médio	134	3,95
2º do Ensino médio	171	5,04
3º do Ensino médio	771	22,75
8º do Ensino fundamental	281	8,28
7º do Ensino fundamental	122	3,60
6º do Ensino fundamental	142	4,20
5º do Ensino fundamental	332	9,80
4º do Ensino fundamental	244	7,19
3º do Ensino fundamental	100	2,95
2º do Ensino fundamental	79	2,33
1º do Ensino fundamental	71	2,1
Alfabetização de adultos	30	0,90
Lê e escreve	93	2,74
Não alfabetizado	121	3,60
Pré escolar	2	0,05
Nenhum/NR	620	18,30
Total	3389	100

e) Renda do chefe de família

O trecho ora trabalhado apresenta uma variável diferenciada dos demais igarapés, pois apesar de possuir 69% das famílias em situação de risco, 1,2% das famílias afetadas pelos projetos de obra possuem renda entre R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00. Os dados sobre a renda das famílias estão apresentados a seguir.

RENDA FAMILIAR	QUANTIDADE DE PESSOAS
De R\$ 200,00 a R\$ 300,00	1985
De R\$ 301,00 a R\$400,00	1261
De R\$ 401,00 a R\$600,00	0
De R\$ 601,00 a R\$ 900,00	15
Sem renda	2
Não declararam	126
Total	3389

Embora tenham sido identificados 220 chefes de família desempregados apenas 0,2 declararam não possuir renda.

f) Renda dos Moradores

Os moradores estão distribuídos nas faixas de renda abaixo. Quando se analisa a renda a partir da composição das famílias, a média por pessoa é abaixo de um salário mínimo.

RENDA FAMILIAR	QUANTIDADE DE PESSOAS
De R\$ 200,00 a R\$ 300,00	749
De R\$ 301,00 a R\$400,00	7246
De R\$ 401,00 a R\$600,00	4447
De R\$ 601,00 a R\$ 900,00	60
Sem renda	8
Total	12510

A faixa com maior frequência de renda das famílias entrevistadas está situada entre 1/2 a 1 salário mínimo (58,68%).

g) Chefe da família trabalha

Coerente com os dados de renda tem-se um percentual elevado de chefes com ocupação, 89,4% , só 10,6 declararam estar desempregado.

h) Participação em Programas Sociais

Apenas 0,9 % das famílias possuem como única fonte de renda o Programa Bolsa Família.

1.8 - Cobertura de Equipamentos e Serviços

Dentro da área de abrangência do PROSAMIM, no trecho compreendido entre a Avenida Maués e Rua Javari foi realizado levantamento de dados para avaliar a cobertura de equipamentos públicos, serviços e programas mapeados aos quais a população tem acesso

Com relação à educação a área a ser trabalhada possui uma boa cobertura com quarenta e sete escolas e duas universidades. Verificou-se que há um déficit de cobertura do equipamento creche para atendimento a crianças de 0 a três, se considerarmos o numero de chefes de família do sexo feminino. 10% das pessoas que responderam ao cadastro sentem falta deste equipamento. Existe também um déficit na área de segurança. Em alguns casos o déficit é parcialmente compensado pela existência de programas que atendem a área. Assim, optou-se por apresentar a síntese deste levantamento por área de políticas sociais e dentro de cada uma, apresentando seus equipamentos e programas.

a) Educação

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	QUANTIDADE
Escolas Municipais	20
Escolas Estaduais	22
Escolas Particulares	5
Universidades	2
Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - CEFET	1
Centro de Análise Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI	1
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	1
Unidade de Educação – Francisco Garcia (CRECHE)	1
Total	53

b) Saúde

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	QUANTIDADE
Unidades Básicas de Saúde - UBS	15
Hospitais	3
Policlínicas	1
Hospitais	4
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	1
Total	24

b) Entidades religiosas

ENTIDADES RELIGIOSAS	QUANTIDADE
Igrejas	31
Total	31

d) Assistência Social

ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	QUANTIDADE
Estado	1
Município	8
TOTAL	9

PROGRAMAS E SERVIÇOS	ENDEREÇO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	ATIVIDADES/ SERVIÇOS DESENVOLVIDOS
Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	Rua Magalhães Barata, beco da Olaria - Crespo	Comunidade Crespo e adjacências.	Cursos profissionalizantes, grupos de convivência, visita domiciliar.
Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	Rua Maria Mansur, s/nº - Japiinlândia.	Comunidade do Japiinlândia e adjacências.	Reuniões com grupo de mulheres, crianças idosos, grávidas, cursos de geração de renda, visitas domiciliares. Inclusão na rede sócio-assistencial
Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	Avenida Carvalho Leal, s/nº - Cachoeirinha.	Comunidade da Betânia e adjacências.	Pintura em tecido, corte e costura, moda íntima, crochê, pedraria em sandálias, manicura, curso de cabeleireiro e danças folclóricas.
Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	Rua São Lazaro, n.º 26 - Betânia.	Comunidade da Betânia e adjacências.	Cursos profissionalizantes, palestras educativas, trabalha os Programas: Bolsa Família, PETI e Projovem.

Os programas sociais são desenvolvidos de forma a garantir os mínimos sociais de forma descentralizada e participativa com envolvimento das organizações representativa e a comunidade.

e) Segurança

ÁREA DA SEGURANÇA	QUANTIDADE
Delegacias Especializadas	2
Secretaria de Segurança Pública	1
TOTAL	3

f) Organização e violência urbana

As entrevistas realizadas permitem concluir que existe uma significativa atuação do narcotráfico, é mencionada a existência de vários usuários e /ou dependentes químicos.

De acordo com dados da secretaria de segurança foram registrados nos meses de setembro a outubro 381 ocorrências no trecho da Rua Maués a Rua Javari no Distrito Industrial.

NATUREZA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	TOTAL
Homicídio doloso	1	0	0	0	1
Lesão corporal dolosa	22	12	47	15	96
Estupro	0	0	1	0	1
Tentativa de homicídios	1	2	0	0	3
Furto	33	31	39	22	125
Roubo	42	23	45	18	128
Vias de fato	4	5	7	5	21
Porte de arma	1	1	0	0	2
Entorpecentes (Tráfico)	0	0	1	0	1
Entorpecentes(porte e uso)	2	0	1	0	1
Total	106	74	141	60	381

g) Cultura

As atividades culturais são representativas na comunidade. Na área de abrangência do programa encontra-se o espaço físico de referencia cultural o Centro Cultural dos Povos da Amazônia onde acontecem as mais importantes manifestações populares, o que estimula a população do entorno dedicar-se as atividades culturais. Identificamos a Escola de Samba Reino Unido, no Morro da Liberdade, a Ciranda Brotinhos do Morro e o Cacetinho Yanomani.

1.9 - Esporte e Lazer

A área é servida por Ginásios Poli esportivos – GM, e conta com 01 campo de futebol, denominado de Campo do Lusitânia.

1.10 - Caracterização da Organização da Comunidade

Um dos principais ativos desta comunidade é a sua organização social. Trata-se de uma área com entidades e lideranças atuantes e um histórico de organização.

Suas conquistas são atribuídas pelas lideranças à mobilização dos moradores e das entidades constituídas da sociedade civil. Esta ação é fortalecida pelos projetos sociais e as ações comunitárias, desenvolvidas ao longo dos anos pelas entidades sociais atuantes na área, seja em parcerias com o poder público e ou com a iniciativa privada.

Associações comunitárias

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	QUANTIDADE
Associações	13
TOTAL	13

ENTIDADE	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	PÚBLICO	ENDEREÇO
Associação Comunitária de Ação Social dos Amigos da Betânia.	Expansão da modalidade esportiva de skate, para competição em outros Estados do Brasil.	Comunidade da Betânia e Adjacências.	Rua Santa Helena, nº.45 –Betânia.
Conselho Comunitário de Segurança da Zona Sul.	Trabalhar na prevenção à criminalidade.	Comunidade do Crespo e Adjacências.	Rua Carlos Dias, nº. 45 – Crespo.
Luzitânia Futebol Clube	Desenvolver atividades esportivas	Comunidade do Crespo e Adjacências.	Rua Carmelita Ferreira nº. 33 – Crespo.
Associação dos Moradores do bairro do Crespo.	Desenvolver atividades esportivas e sociais para evitar que crianças e jovens adentrem na marginalidade	Crianças e jovens da Comunidade do Crespo.	Rua Carmelita Ferreira, nº. 42 – Crespo.
Associação dos Moradores do Bairro da Betânia.	Trabalhar com alunos do ensino médio para geração de renda e prática esportivas.	Jovens do ensino médio do Bairro da Betânia.	Rua Cmte. Ferraz, nº. 654 – Betânia.
Associação Comunitária dos Moradores da Área do 40.	Atender a comunidade nas suas necessidades sociais e Religiosas.	Comunidade do Japiim.	Rua Jupia, nº. 21 – Japiim.
Liga Municipal do Bairro do Crespo.	Desenvolver atividades sociais, médicas, jurídicas para a comunidade da Zona Sul e Centro Sul.	Bairros do Crespo, Betânia, Lagoa Verde, Morro da Liberdade e São Lázaro.	Rua J. B. Silva, Beco São Paulo, nº. 14-B – crespo.
Associação dos Moradores Marize Mendes.	Promover o bem estar da comunidade oferecendo serviços diversos.	Comunidade da Raiz.	Avenida Presidente Costa e Silva, nº. 1140 – Raiz.
Associação dos Moradores do Bairro morro da Liberdade.	Praticar atividades esportivas, lazer e trabalhos artesanais com os moradores do bairro.	Comunidade do Morro da Liberdade.	Rua Alex Rayol, nº. 08 – Morro da Liberdade.
Associação dos Moradores do Aterro do 40.	Proporcionar a comunidade os serviços de assistência social.	Comunidade do Crespo.	Rua Boa esperança, nº. 06 – Crespo.
Associação dos Moradores da comunidade Sonora.	Trazer o bem estar e qualidade de vida para os moradores através de práticas esportivas.	Comunidade do Japiim e Adjacências.	Rua 16 de agosto, nº. 13 – Japiim.
Conselho Comunitário do Bairro do Crespo.	Atender a comunidade no sentido de viabilizar melhorias para o Bairro.	Comunidade do Crespo.	Rua São Pedro, nº. 96 – Crespo.
Clube de Mães Razão de Viver.	Trabalhar com a comunidade em geral oferecendo cursos no sentido de gerar rendas.	Comunidade do Crespo.	Rua Carlos Dias, nº. 20 – Crespo.

O igarapé de 40 apresenta uma ótima cobertura de organizações comunitárias, registramos treze entidades ONG's formais, além de vários grupos ligados as 31 igrejas que também trabalham em benefício da comunidade.

As entidades mais atuantes: Associação de moradores do Bairro do Crespo, Associação dos Moradores de Bairro da área do Quarenta, Associação dos moradores do Morro da Liberdade e Liga Municipal do Bairro do Crespo.

A área conta ainda com cinco entidades sociais que desenvolvem projetos sociais e esportivos para criança e adolescentes, visando prevenir a marginalidade.

1.11 - Principais Problemas e Reivindicações Levantados pela Comunidade

Nas entrevistas realizadas a população, com as lideranças e os representantes de entidades públicas foram citados alguns problemas da área e reivindicações prioritários, os quais estão sintetizados a seguir:

a) Problemas

- Presença de usuários de drogas e traficantes.
- Falta de saneamento básico e urbanização.
- Falta de acessibilidade ao bairro no caso de uma emergência.
- Falta de uma área de lazer para os jovens.
- Falta de segurança.
- Falta de Creche.

As soluções para esses fatores segundo os entrevistados, seria investimentos na educação e ações de ocupação para jovens, a criação de áreas de lazer, programas voltados para a família e controle da natalidade.

a) Potencialidades

Os pontos positivos, segundo os entrevistados, são os seguintes:

- E perto de tudo.
- Custo de vida mais barato.
- Facilidade de Transporte local.

1.12 - Vulnerabilidades identificadas na população afetada.

VULNERABILIDADES	VARIÁVEIS
Chefe de família desempregado	220
Número de idosos com mais de 65 anos e vivem sós	55
Mulheres chefes de família s/ cônjuge e com filhos menores de 15 anos	296
Mulheres chefe de família	3317
Pessoas com renda per capita inferior a ½ salário mínimo	10.885
Ocorrências policiais incluindo mortes por agressão ou suicídio, roubos e etc.	318

A principal renda e quase sempre a única é auferida pelo chefe da família, daí a renda per capita ser inferior a ½ salário, o que falta para os demais membros da família é **experiência e capacitação** para conseguir um emprego e **material de trabalho e financiamento** para conseguir ocupação e renda.

Os referenciais adotados para se fazer análise acerca da questão exclusão/inclusão social e definição das prioridades de ação nas comunidades referem-se ao mapeamento dos fatores de vulnerabilidade e seu contraponto, o “patrimônio dos pobres”, meios de resistência que podem ser mobilizados para fazer frente às privações, especialmente (mão de obra); capital humano(educação e saúde);bens produtivos (moradia); relações familiares; patrimônio social (organizações comunitárias).

ANEXO 1 – Relatório Preliminar da Pesquisa socioeconômica e Habitacional Censitária.



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS



PROJETO BÁSICO AVANÇADO DO IG40
Aspectos Sociais - Tomo II

CAPÍTULO 2

DETALHAMENTO DA PROPOSTA DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL E AMBIENTAL INTEGRADO.

2.1 – Proposta de trabalho social para as fases de projeto, obras e pós obras.

2.1.1 - O processo de elaboração do Trabalho social na fase de preparação do Projeto Básico Avançado

A concepção de desenvolvimento que norteou a elaboração dessa etapa do plano está fundamentada na visão de que a participação da população é indispensável ao processo de gestão, devendo ser garantida com a criação de espaços que assegurem a efetiva participação da população direta e indiretamente afetada.

As ações previstas nesta fase antecederam a elaboração deste documento, sendo apresentado as ações e os resultados alcançados.

Ação estratégica 1 - Ações preliminares e de conhecimento da área e da população

Ressalta-se que, frente à necessidade de promover alterações em espaços há muito consolidado ou de reassentar famílias para viabilizar a resolução dos problemas, freqüentemente surgem reações dos moradores, em situações extremamente diferenciadas, seja do ponto de vista físico-espacial, seja do ponto de vista social. São contradições de interesses que se manifestam e as mudanças necessárias provocam resistências em parte dos moradores.

Esta atividade devera fazer um estudo preliminar de toda a área afetada, levando em consideração a extensão do Igarapé do 40 que será trabalhada ; o número de bairros que corta; e as características populacionais diferenciadas.

As ações preliminares de conhecimento da área e da população foram programadas em três sub - atividades, detalhadas no quadro abaixo.

SUB ATIVIDADE	AÇÕES	RESULTADOS
1- Identificação e reconhecimento da área necessária para a preparação do PBA.	1-Identificação e divisão da área em trechos, 2-Sub divisão dos trechos em setores.	Área mapeada dividida em três trechos e vinte e cinco setores.
2- Levantamento dos equipamentos sociais existentes na área	1-Identificação dos equipamentos da área de educação; de saúde; da área de segurança e dos equipamentos da área de assistência social.	Anexo 1
3- Levantamento de programas e projetos sociais existentes	1-Identificação e cadastro de todas as ONG's da área de abrangência do programa.	Anexo 1

Ação estratégica 2 - Mobilização, informação e organização da comunidade.

As sub-atividades realizadas para o cumprimento desta ação estratégica estão demonstradas no quadro abaixo e no anexo 2.

SUB-ATIVIDADE	AÇÕES	RESULTADOS
1- Organização da comunidade.	<p>1- Identificação das Associações comunitárias da área de abrangência proposta.</p> <p>2- Levantamento na própria área</p> <p>3- Levantamento através dos organismos de acompanhamento e controle.</p> <p>4- Realização de reunião com as representações formais da área para a escolha e formação do Comitê de Representante da Comunidade – CRC.</p> <p>5- Escolha democrática através do voto dos representantes do CRC.</p>	<p>Identificadas 30 organizações formais .Escolhidos três representantes titulares e três suplentes.</p> <p>Anexo 3</p> <p>Ata da reunião e publicação no diário oficial.</p>
2- Mobilização e informação da comunidade	<p>1- Realização de reuniões por trecho para mobilizar e informar a comunidade.</p> <p>2- Escolha de representantes dos afetados pela obra para formação do grupo de apoio local - GAL</p>	<p>Realização de xx reuniões.</p> <p>Escolha de 50 componentes para a formação do GAL.</p>
3- Assembléia participativa para devolução da pesquisa cadastral e proposições para o projeto Urbanístico.	<p>1- Reunião plenária, de caráter consultivo e propositivo.</p>	<p>Ata da reunião.</p> <p>Anexo 4</p>

Esta ação estratégica - **Mobilização e informação da comunidade** têm caráter contínuo e será mantida na fase de implementação do plano integrado de trabalho social.

2.1.2 - Aprendizados de execução

Este período de execução do PROSAMIM trouxe importantes aprendizados que resultaram na formatação adotada para o detalhamento de ações na fase projeto, de obras e pós-obras. O mais importante deles refere-se à necessidade de assegurar a Integração desde Fase de Elaboração de Projetos e Planos relacionados ao componente Sustentabilidade Social do Programa, quais sejam: o Plano de Reassentamento, Plano de Participação Comunitária, Plano de Educação Ambiental e Sanitária e Plano de Comunicação Social. Nesta fase que se configura como uma segunda contratação estamos exercitando este aprendizado com a apresentação de um **Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental**, onde integre ações de apoio ao reassentamento, desenvolva ações de Educação Ambiental e Sanitária e de Comunicação Social.

Este aprendizado é corroborado pelas reflexões dos diversos especialistas do tema, que entendem que as intervenções públicas na área de Saneamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação que abordam que afetam diretamente populações devem ser acompanhadas por um trabalho social sistemático e contínuo. Porém, o trabalho social não é o único responsável pelas ações e resultados voltados para a Sustentabilidade Social. Há componentes e especialidades distintas como educação ambiental, políticas de trabalho e renda, assistência social, comunicação social, entre outros, os quais devem trabalhar integrados e baseados na mesma metodologia transversal, de gestão compartilhada e participativa.

Diante de tais reflexões e da realidade do PROSAMIM, que mostra que os diversos planos do componente Sustentabilidade Social quando são trabalhados em um mesmo processo social, junto à mesma população e, em grande parte, pela mesma equipe, produzem melhores resultados quando planejados integradamente.

2.1.3 - Justificativa da proposta

A presente proposta pautou-se nas características das intervenções físicas previstas para serem desenvolvidas no Igarapé do 40 **Segundo Financiamento** sintetizadas no Plano de Reassentamento específico para a área; nas características gerais da população apresentada no item 3 do Capítulo I; nas lições aprendidas no primeiro financiamento; nas diretrizes metodológicas selecionadas pela consultora Tássia Regino a partir da sua experiência, em conformidade com as OP 710 e OP 703.

Na construção do diagnóstico procurou-se levantar elementos que permitissem não apenas representar quantitativamente quem é essa população e a área onde será desenvolvida a intervenção urbano-habitacional, mas também delinear um prognóstico das possibilidades de desenvolvimento social da comunidade. “O método para se identificar a pobreza e a desigualdade social, principalmente segundo o nível de renda ou despesa, já foi avaliado como sendo um instrumento de medição inadequado e bastante redutível ¹. (...) A análise da vulnerabilidade compreende a identificação não apenas das ameaças, mas também da capacidade de adaptação do que diz respeito a aproveitar as oportunidades e resistir aos efeitos negativos da mudança do ambiente ou recuperar-se deles. Os meios de resistências são os ativos que podem mobilizar os indivíduos a reforçar estes ativos ou deixar que eles sejam corroídos. Quanto mais ativos se tem, menor a vulnerabilidade”.

Objetivos

Objetivo Geral

Contribuir para o fortalecimento do exercício da cidadania da população afetada direta e indiretamente pelo programa, com vistas a assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

¹ Citação de Caroline Moser no encontro A Pobreza Urbana, um desafio mundial.

Objetivos específicos

São objetivos específicos a serem atingidos por meio da realização dos projetos setoriais:

- a) Criar mecanismos de mobilização da população da área do projeto;
- b) Fortalecer a gestão participativa desde o planejamento, execução, monitoramento, acompanhamento e avaliação das diversas etapas de execução do projeto, através do Comitê de Representante da Comunidade, e Grupos de Apoio Local- GAL;
- c) Assegurar mecanismos de comunicação que possibilitem a toda população o acesso às informações sobre o projeto;
- d) Assegurar a participação das famílias nas decisões relacionadas ao seu novo habitat, inclusive estabelecendo pactos claros quanto à forma de atendimento, reassentamento e relocações;
- e) Desenvolver ações de capacitação de lideranças, inclusive estimulando o surgimento de novas, durante o projeto e na ação após implantação, com qualificação para administração e gestão comunitária e auto-desenvolvimento social dos grupos;
- f) Desenvolver projeto de educação sanitária e ambiental fomentando a mudança de práticas e comportamentos individuais e coletivos com relação à saúde e ao meio ambiente;
- g) Desenvolver ações de qualificação profissional, privilegiando a questão de gênero, com vistas a criar oportunidades de acesso a programas de geração de emprego e renda;
- h) Fomentar ações de fortalecimento do patrimônio social da comunidade especialmente quanto à educação, a solidariedade comunitária, atenção a saúde e ampliação ao atendimento à pessoa idosa;

- i) Desenvolver projetos de preparação, avaliação e acompanhamento Pós-ocupação, com ênfase na preparação e fortalecimento da auto-gestão condominial, uso e ocupação dos novos ambientes construídos, controle urbanístico e estabelecimento de relações positivas de conservação dos investimentos realizados.

2.2 - Metodologia

Para se chegar ao desenho de Metodologia de Trabalho proposto neste Plano, foram cumpridas as condições básicas para adequada formulação, segundo apresentação da Prof^a. Mariângela Belfiore, quais sejam:

- Conhecimento da realidade territorial
- Conhecimento sistematizado do perfil da população e dos respectivos territórios de incidência das ações
- Levantamento dos serviços, programas, relativos às varias políticas públicas
- Um quadro de recursos humano devidamente capacitado e supervisionado
- Sistema de planejamento e gestão capaz de aperfeiçoar e fundamentar as ações

Dados estes passos chegou-se a uma proposta metodológica do trabalho social que “está fundamentado em princípios, diretrizes e estratégias que garantem direção política (...) à ação.”²

O **Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental** abrange um leque amplo de ações para dar conta do objetivo de assegurar uma ação integral e integrada na área.

2.2.1 Conceitos e Referências Gerais

O **Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental** aqui apresentado tem sua base conceitual amparada em quatro questões essenciais: as experiências e referências metodológicas do trabalho social dos Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre

² Apresentação de Mariângela Belfiore

Chico, que fazem parte da Amostra do Primeiro Contrato de Financiamento, a prática profissional do Serviço Social, a participação popular e o planejamento participativo.

Uma abordagem sob a ótica dos direitos à cidade e à moradia pressupõe a busca da incorporação do igarapé (ou dos seus moradores) à cidade formal. Esta incorporação exige não apenas a intervenção de provisão de infra-estrutura, mas também o acesso a terra legalizada, aos serviços urbanos e políticas públicas.

As experiências bem sucedidas em intervenções nos igarapés de Manaus têm alguns pilares básicos, entre os quais se destacam alguns que são fundamentais também para a construção do **Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental**: A visão de que a pobreza é multifacetada e o igarapé, como uma expressão disto, exige uma abordagem integrada e interdisciplinar e a participação das comunidades envolvidas em todas as etapas do processo.

A abordagem integrada e interdisciplinar da questão exige uma integração e, diversos níveis: ao nível das políticas urbano-habitacional, ambiental, de saúde, educação, etc; ao nível dos agentes envolvidos (poder público, agentes técnicos e comunidades); e ao nível das competências técnicas das equipes de formulação e execução do projeto de intervenção.

A multidisciplinaridade pressupõe não apenas a formação de uma equipe interdisciplinar, mas essencialmente em estabelecer processos de trabalho onde a visão do específico esteja constantemente inserida numa visão global. Esta abordagem integrada abarca essencialmente três dimensões: A dimensão físico-espacial; a dimensão sócio-cultural, que vai da condição sócio-econômica das famílias aos aspectos históricos e organizativos que constituem a comunidade; e a dimensão jurídico-legal, referente às normas que condicionam as relações sociedade/espço urbano.

Nesta perspectiva multidisciplinar, o Serviço Social desenvolve um processo de trabalho que tem como objetivo específico as múltiplas expressões da chamada Questão Social, neste caso, predominantemente relacionada à pobreza, aqui considerada em sua multidimensionalidade, e não apenas como fato econômico.

Sobre esse objetivo incide sua ação, que exige a adoção de meios e instrumentos de trabalho para efetivar a atividade profissional que se direciona a um fim, que é produto desse trabalho. É da prática profissional do serviço social que se origina a maior parte do instrumental técnico de abordagem da maior parte dos momentos do trabalho social.

Mais do que isto, entretanto, o serviço social como profissão tem um projeto ético-político ligado essencialmente, ao compromisso com a democratização das relações sociais e a ampliação da cidadania, que são elementos constitutivos do presente projeto.

O trabalho social em projetos de urbanização de igarapés, embora coordenado por responsáveis técnicos cuja formação é o serviço social, é também multidisciplinar, ou seja, resultante da ação de profissionais de formações diversas, que atuam nas áreas temáticas - chaves com destaque para Educação Sanitária Ambiental, Comunicação Social e Geração de Trabalho, além das atividades relacionadas à inclusão social e à participação popular, também áreas típicas dos serviços.

A participação popular, por sua vez, constitui o eixo orientador de todo o **Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental**. A “participação popular” é aqui entendida como um processo de mobilização social, sendo ao mesmo tempo um objetivo a ser alcançado e um meio para realizar os outros objetivos.

A Participação Popular está aqui caracterizada como um “processo que se constrói coletivamente e que pressupõe a existência de canais permanente aonde um trabalho contínuo e sistemático vai imprimindo uma nova configuração à relação poder público/população (...) e a criação de espaços públicos em que se explicitem os conflitos, a partir dos quais critérios claros possam se tornar parâmetros permanentes de negociação”.³

Pretende-se que “a participação seja assumida, livre e consciente, na medida em que os que dela participem perceberem que a realização do objetivo perseguido é vital para quem participa da ação e que o objetivo só pode ser alcançado se houver efetiva participação”.⁴

³ Renata Villas Boas – Os canais institucionais de participação popular – Participação Popular nos Governos Locais – Polis, No. 14 , 1994

⁴ Rede: estrutura alternativa de organização – Chico Whitaker in Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação

Em todo o processo de elaboração da proposta adotou-se elementos do planejamento participativo, assegurando a participação dos responsáveis pela execução e a incorporando opiniões dos que serão beneficiários da ação. Neste sentido, a elaboração da proposta é resultante da síntese progressiva dos atores envolvidos na execução do trabalho, incluindo os parceiros da comunidade. Na fase de implementação estão assegurados momentos periódicos de monitoramento e a avaliação, que podem reorientar a ação e garantir a adequação entre a realidade e a ação.

A elaboração da presente proposta norteou-se pelas referências metodológicas explicitadas. A partir de tais referências fez-se a análise do contexto encontrado na área, já apresentado e formulou-se uma proposta de ação que está agrupada em ações estratégicas.

2.2.2 – Instrumentos Metodológicos

Compatível com a concepção de planejamento, gestão e avaliação participativa adotada, os instrumentos metodológicos que serão usados são aqueles que viabilizam a compreensão das informações, estimulam a reflexão, o pensar coletivo, a explicitação e o tratamento do conflito e a pactuação clara e negociada das decisões e ações. Entre estes se destacam:

- Os Escritórios Locais de Gestão Compartilhada, localizados nas áreas de intervenção direta da obra e nas áreas de recepção das famílias reassentadas, como espaço privilegiado de informação permanente, acompanhamento de demandas e resolução de situações individualizadas; e atendimento integral do processo de reposição de moradias e reassentamento de populações;
- Os instrumentos informativos e educativos diversos como: vídeos (produzidos durante as Obras), informativos, news letter, cartilhas, campanhas educativas, mutirões, assembléias de moradores, apoio a iniciativas de manifestações culturais da comunidade, sempre levando em conta o perfil sócio-econômico e educacional da população e sua relação com a linguagem;

- As atividades de discussão e reflexão coletivas, como reuniões gerais, grupos de trabalho, apresentação de experiências similares e atividades lúdico-culturais, envolvendo a população como um todo e suas lideranças;
- Os momentos de aprofundamento de discussão ou avaliação caracterizados por Oficinas de capacitação e pedagógico-temáticos;
- As campanhas e ações específicas vinculadas às ações;
- As oficinas de planejamento, discussão e avaliação participativa, entre a Equipe Técnica e População.

A implementação do **Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental** esta subdividido em 5 Projetos de intervenção, a saber:

- Projeto 1 – Mobilização, Participação e Organização Comunitária
- Projeto 2 – Trabalho Social de Apoio às Obras e execução das Remoções de moradias e Reassentamento das populações.
- Projeto 3 – Educação Ambiental e Sanitária
- Projeto 4 – Apoio ao Desenvolvimento Social e Geração de Renda
- Projeto 5 – Trabalho Social de Acompanhamento Pós-Obras.

2.3 – PROJETO 1: MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

2.3.1 – Contexto do desenvolvimento do trabalho

Em todos os trechos abrangidos por este Projeto têm-se grupos organizados e representativos da comunidade, os quais participaram de todo o processo de mobilização e sensibilização da comunidade e em proposição para os projetos de engenharia.

Além disso, seus representantes no CRC - Comitê de Representante da Comunidade e os grupos de Apoio Local tiveram participação ativa em todo o período de trabalho, assegurando interlocução constituída em torno do Projeto.

Por outro lado, tem-se o registro contínuo das lideranças sobre a importância de se assegurar canais de comunicação permanente com a população para agilizar a continuidade nas ações.

2.3.2 – Objetivos

Este projeto concentra as ações relacionadas ao apoio, à organização da população, ao estabelecimento de sistemática de informação e comunicação com o conjunto da população e ao fortalecimento das redes sociais de vizinhança e solidariedade nas áreas.

Objetivo Geral

Criar condições para ter uma população informada, participando ativamente do projeto e que cresça em seu nível de organização e interação social a partir do projeto da ação desenvolvida.

Objetivos Específicos

- Criar um espaço descentralizado para assegurar que o desenvolvimento dos planos e projetos, possa estar acessível à população afetada.

- Assegurar mecanismos de acompanhamento e avaliação da evolução do Projeto e obras pela população como um todo;
- Estabelecer mecanismos permanentes de informação à população sobre o projeto;
- Programar momentos de sensibilização da comunidade, levando os moradores a refletir sobre as necessidades coletivas, seu papel dentro do grupo e ações que possam potencializar a transformação das condições atuais;
- Fomentar a integração das entidades atuantes na área e o estreitamento de laços de solidariedade;
- Estimular o surgimento de lideranças da comunidade e capacitar os agentes comunitários envolvidos com o Projeto;
- Estimular a constituição de grupos de discussão temática conforme interesse da população;
- Estimular a integração e o fortalecimento das relações de vizinhança por meio de eventos lúdicos;
- Estimular o fortalecimento da organização popular autônoma.

2.4 – Referencial Conceitual e Estratégias Metodológicas

A participação popular e o exercício da cidadania perpassam todas as práticas decorrentes da urbanização, embora sejam conceitos essencialmente trabalhados pela Equipe Social. Abrange do ponto do poder público o compromisso com a informação, com a dimensão educativa da prática institucional, com o estímulo à organização e à participação popular e com a consideração das demandas e opiniões da população na gestão daquilo que lhe diz respeito, neste caso, o Projeto de Urbanização.

O processo de fortalecimento da cidadania abarca, assim, do ponto de vista da ação do poder público, o campo de informação, da intencionalidade educativa da prática institucional, do estímulo à organização e da participação popular.

Neste sentido, o trabalho a ser desenvolvido em todas as ações propõe-se a ter como marca o seu caráter pedagógico e organizativo: no âmbito pedagógico, com vistas a oferecer à população e, em especial às suas lideranças, subsídios sólidos para o entendimento, compreensão, explicitação de opiniões e formulação de propostas, visando

o fortalecimento dos processos de participação na decisão e concretização do projeto e dos grupos com ele envolvidos.

Atualmente a educação popular enfatiza a luta pela cidadania, sendo marcada pela introdução de novas temáticas como desenvolvimento sustentável, elaboração de políticas públicas e organização popular. Preconiza que o processo de trabalho deve ser indutivo e não dedutivo, focado nas experiências dos grupos, de maneira a estabelecer um diálogo efetivo e contemplar os anseios da comunidade. A educação popular adota a estratégia de investir nos setores e pessoas que têm o potencial de multiplicadores, preocupando-se com o trabalho com lideranças, monitores e agentes comunitários.

Com este conjunto de referenciais explicitam-se as bases sobre as quais se pretende atingir os resultados esperados por esta Ação Estratégica: ter uma população informada, participando ativamente do projeto e que cresça em seu nível de organização e interação social a partir do projeto da ação desenvolvida.

A preocupação é buscar em cada tema ou problema que a população se aproprie dele explicitando sua opinião, negociando conteúdos a ponto de ser sujeito de uma ação cooperativa.

2.5 – Ações e Atividades Propostas

As atividades que visam à efetivação deste projeto estão agrupadas em seis etapas, que não constituem seqüência estática no tempo, mas blocos de ações caracterizados pela natureza das ações e objetivos. As etapas são:

- Ações Preparatórias ao Início das Obras;
- Ações para a Participação Comunitária, Mobilização e Acompanhamento do Projeto;
- Estruturação e Manutenção do Sistema de Comunicação e Informação;
- Apoio à Organização Comunitária e as Ações do Comitê de Representantes;
- Eventos Lúdicos e Temáticos de Integração da Comunidade;
- Monitoramento e Avaliação Periódica do Projeto com a Comunidade;
- Atividades de Gestão Integrada e Participativa.

ETAPA 1- Ações Preparatórias ao Início das Obras;

AÇÃO	OBJETIVO	TÉCNICA	PERÍODO
Criação de espaço descentralizado para assegurar a gestão participativa.	Assegurar um espaço de rápido e fácil acesso onde possa se acontecer o processo de gestão compartilhada.	Identificar, alugar e montar um Escritório Local, composto por salas para alojar os setores social, jurídico e de engenharia, sala de reuniões, recepção e sala de situação. Atendimento da população afetada. Realização de reuniões e eventos que com a participação da comunidade para pactuar procedimentos operacionais.	30 dias antes da emissão da Ordem de Serviço da Obra.
Realização de assembleias gerais de acompanhamento e atividades de participação direta da população	Manter a população informada para assegurar a sua participação nas fases decisivas do projeto, facilitando o acesso ao processo de decisão e responsabilização coletiva.	Reuniões mensais com a população para passar informações e resolver problemas pendentes, reuniões específicas com grupos, quando for o caso, reuniões gerais extraordinárias quando necessário instalação de Grupos de Negociação de problemas específicos, quando necessário, envolvendo SUHAB, UGPI, Comitê de Representantes e grupos de demanda.	Início: 3º mês. Periodicidade: Reuniões bimensais de forma regular e conforme o Projeto, e ao longo de todo o Projeto e extraordinárias sempre que necessário.
Atividades e eventos lúdicos e temáticos trimestrais	Fomentar a participação da comunidade além do acesso a informações e discussões sobre o projeto, por meio de atividades lúdicas e encontros temáticos.	Oficinas e Atividades lúdicas de caráter informativo e Seminários temáticos.	Encontros trimestrais a partir do 5º mês.

ETAPA 2- Estruturação e manutenção do sistema de comunicação

Esta etapa iniciará após a assinatura do Contrato de Financiamento e a maior parte de suas ações permanecerá ao longo de todo projeto, dado o compromisso de assegurar a participação popular e transparência no trato das informações ao longo de todo o trabalho.

ACÇÃO	OBJETIVO	TÉCNICA	PERÍODO
Elaboração de mural e boletins informativos	Assegurar instrumentos permanentes de informação sobre o projeto.	Confecção de Jornal Informativo, atividades lúdicas de caráter informativo.	Início: Mês 3, realizado ao longo do Projeto com periodicidade eventual de acordo com o instrumento. Mural: mensal e Jornal: bimestral.
Cobertura jornalística e registro do desenvolvimento do projeto.	Realizar um registro e organizar o arquivo digital do projeto, com todas as ações e avanços.	Acompanhamento da execução do projeto, com material técnico adequado, para registro das ações.	Durante todo o Projeto, a partir da assinatura do contrato.
Organização de eventos.	Apoiar encontros, seminários, palestras e demais eventos temáticos que proporcionem a participação efetiva dos públicos envolvidos.	Elaboração do Check List com as providencias necessárias a logística do evento e preparação dos materiais informativos e visuais.	Durante todo o Projeto, a partir da assinatura do contrato.
Realização de vídeos pré e pós-ocupação	Realizar a produção de vídeo para registrar momentos especiais no decorrer do projeto.	Elaboração de vídeo para o período mais significativo do projeto.	No início do 1º reassentamento e recolocação apoiando a Pós-Ocupação.
Atividades informativas extraordinárias	Realizar a produção de material/atividades informativas no decorrer do Projeto.	Instalação de faixas para divulgação e mobilização de atividades significativas.	Durante todo o Projeto, a partir da assinatura do contrato.

ETAPA 3 - Apoio à organização comunitária e às ações do Comitê de Representantes da Comunidade.

AÇÃO	OBJETIVO	TÉCNICA	PERÍODO
Reuniões mensais de acompanhamento às obras e ações do projeto com ao Comitê de Representantes da Comunidade e Grupos de Apoio Local	Estabelecer processo de acompanhamento das obras e ações do Projeto pelo CRC e GAL visando à disseminação das informações para a comunidade, transparência nas ações e gestão compartilhada.	Reuniões	Mensal, a partir do 3º mês. Ao longo da execução do Projeto
Ações de fortalecimento e capacitação da comissão de representantes	Fortalecer o sistema de representação e participação da população perante o projeto, dando-lhes subsídios técnicos para que possa acompanhar o desenvolvimento do mesmo.	Seminário sobre experiências de Urbanização Integrada; curso de Capacitação de Lideranças; trabalho conjunto para formulação do Regimento de Trabalho da Comissão; orientação e formação de associações comunitárias.	Cursos/Atividades de capacitação de lideranças a cada renovação de mandato; as atividades de capacitação de lideranças iniciarão no prazo de 3 meses, após a assinatura do Contrato; as Reuniões do CRC ocorrerão ao longo do Projeto; Seminários temáticos e de avaliação ocorrerão a cada trimestre.
Atividades de formulação do regimento de trabalho	Apoiar o Comitê no estabelecimento das regras que nortearão o seu funcionamento, incorporando opiniões e compromissos dos agentes envolvidos.	Reuniões; leitura de regimentos de outros Comitês; mapeamento das propostas; deliberação; elaboração do Regimento Final.	No 1º mês após a constituição do Comitê. Duração: 2 meses
Formulação do plano de ação do comitê	Organizar a ação do Comitê a partir da discussão dos problemas prioritários para a sua ação, estabelecendo-se metas, ações e divisão de trabalho capaz de fazer acontecer este Plano.	Reuniões, seminários; elaboração do plano.	No mês subsequente a conclusão das atividades de formulação.

AÇÃO	OBJETIVO	TÉCNICA	PERÍODO
Atividades de apoio à execução do plano de ação do comitê	Apoiar o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Ação do Comitê, a partir de uma pactuação prévia.	Execução das atividades previstas sob a responsabilidade da equipe social.	Após elaboração do plano, ao longo do Projeto.
Estabelecimento de vínculos com entidades pré-existentes na área	Sensibilizar as entidades existentes na área, favorecendo uma maior integração com a comunidade e o desenvolvimento de atividades conjuntas.	Reuniões específicas com entidades; atividades conjuntas; encaminhamentos de moradores.	No 3º mês do contrato.
Mapeamento periódico de novas lideranças	Identificar pessoas com potencial para tornar-se referência na comunidade, fomentando a organização.	Participar em reuniões, eventos na comunidade para identificar pessoas com potencial de liderança.	A partir do 6º mês de contrato. Duração: 5 meses.
Intercâmbio com entidades e projetos comunitários	Conhecer as entidades e organizações comunitárias, as atividades desenvolvidas por estas, visando à troca de experiências.	Realização de reuniões com a participação do comitê dos grupos temáticos, visando à articulação de atividades integradas com a comunidade e também valorização de potencialidades locais e visitas às Entidades e Projetos Comunitários.	Atividade bimestral – a partir do 8º mês. Duração: 07 meses.
Eleição do comitê de representantes para o novo mandato	Constituir novas instância de representação da população perante o projeto.	Reuniões prévias com lideranças; reuniões para discussão dos parâmetros do processo; escolha do Comitê em Assembléia.	Mandato de 12 meses a partir da 1ª eleição – 15º, 27º e 39º mês.
Qualificação de lideranças e entidades comunitárias para o novo momento do projeto	Qualificar a ação organizada da comunidade seja com o apoio à criação de novas entidades, seja com o fortalecimento da associação existente.	Discussão de estatutos, formas de organização, mobilização da comunidade; curso de gestão de entidades comunitárias.	Apartir do 18º mês, durante 6 meses

ETAPA 4 - Eventos lúdicos e temáticos de integração da comunidade

ATIVIDADE	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Oficina “Dia da história do Bairro”	Resgatar a história de formação do bairro e entorno.	Oficina; sócio-drama; exposição de fotos e vídeos; mobilização da comunidade; trocas de informações.	No 6º mês após a assinatura do contrato, à época da comemoração do aniversário do Bairro.
Evento cultural para jovens	Promover a integração dos jovens a partir do levantamento de interesses, respeitando a diversidade cultural.	Mobilização dos jovens; dramatização teatral; atividades musicais e lúdicas; exposições culturais.	No 3º mês após a mudança para os conjuntos / unidades habitacionais.
Evento do “Dia da Mulher”	Promover a integração das mulheres da comunidade, o fortalecimento das mesmas como grupo e discutir questões de gênero, a partir do levantamento de interesses, respeitando a diversidade cultural.	Mobilização da comunidade; organização do evento com o grupo; atividades lúdicas; teatros.	No mês temático após a mudança para os conjuntos / unidades habitacionais.
Evento comemorativo “Dia do Idoso”	Promover a integração e valorização dos idosos na comunidade, a partir do levantamento de interesses, respeitando a diversidade cultural.	Mobilização da comunidade; organização do evento com o grupo; atividades lúdicas; teatros.	No mês temático após a mudança para os conjuntos / unidade habitacionais.
Evento comemorativo “Dia das Crianças”	Promover a integração das famílias a partir das crianças e assegura momentos lúdicos de lazer e cultura.	Mobilização da comunidade; organização do evento com o grupo; atividades lúdicas; gincanas, teatros.	No mês temático após a mudança para os conjuntos / unidades habitacionais.

ETAPA 5- Monitoramento e avaliação periódica do projeto com a comunidade

Esta Etapa se insere na Sistemática Geral de Monitoramento e Avaliação do Projeto e compreende as seguintes atividades:

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Reuniões trimestrais de avaliação com o Comitê de Representantes	Estabelecer processo de avaliação periódica com o Comitê de Representantes para garantir o monitoramento dos objetivos, do cronograma de obras e tratamento para expectativas e problemas não previstos.	Seminários de aprofundamento de questões, leitura conjunta de documentos e reuniões/oficinas de avaliação.	Início: No 3º mês, após a assinatura do contrato. Duração: Por todo o projeto, a cada trimestre.
Eventos e seminários gerais periódicos de avaliação do projeto com a população	Criar condições para que os grupos e a população como um todo se manifeste de forma mais operacional em relação ao andamento do projeto, cronograma de obras e expectativas e problemas não previstos.	Seminários com métodos e técnicas acessíveis para todos os níveis de educação formal, encontros lúdicos que provoquem momentos de reflexão e avaliação, e atividades específicas por grupos de avaliação do Projeto.	: Início: No 3º mês, após a assinatura do contrato. Duração: Por todo o projeto, a cada trimestre.

ETAPA 6- Atividades de gestão integrada e participativa

Trata-se das ações visando a gestão compartilhada e integrada no âmbito da administração estadual. Envolve, além da Equipe Ampliada, a equipe de Coordenação do projeto integrado, a empreiteira responsável pela Execução das Obras e os outros agentes pertinentes ao trabalho.

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Reuniões mensais com equipe integrada de gestão	Garantir o conhecimento de todas as ações/atividades que estão sendo desenvolvidas e/ou planejadas ao longo do Projeto, assim como, o monitoramento das ações propostas para a comunidade.	Reuniões mensais com todos os integrantes da Equipe do Projeto. É proposto encontros semanais entre equipe física e equipe social.	Início: No 3º mês, após a assinatura do Contrato. Duração: Por todo o projeto.
Encontros de avaliação trimestral do projeto	Avaliar as etapas e ações desenvolvidas ao longo do Projeto, buscando detectar as principais dificuldades e em conjunto com o grupo, encontrar a reorientação dos objetivos do programa, extraindo da própria Equipe alternativa e solução para eles.	Oficinas, encontros, atividades que provoquem momentos de reflexão e avaliação.	Início: No 3º mês, após a assinatura do Contrato. Duração: Por todo o projeto, a cada trimestre.

2.6 - PROJETO 2 – TRABALHO SOCIAL DE APOIO ÀS OBRAS E EXECUÇÃO DAS REMOÇÕES DE MORADIAS E REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES.

O Plano Reposição de Moradias e Reassentamento de Populações elaborado em separado, pela complexidade das informações, define a programação de reassentamento e constitui também em uma referencia para a organização deste Plano no que se refere as ações preparatórias para o reassentamento.

Estão previstas a remoção de 3389 famílias cadastradas com previsão de atendimento de acordo com a tabela tentativa de soluções aplicadas:

SOLUÇÕES PREVISTAS	QUANTIDADE
Casas no Conjunto Habitacional	1507
Indenização	254
Bônus	560
Unidades Habitacionais em solo criado	800
Indenização de atividades econômicas	255
Auxilio Moradia	357
Indenização de morador não proprietário	1507
TOTAL	5240

Este Plano sistematiza os objetivos e as soluções aplicáveis do PDR, estabelecendo as diretrizes e orientações para a sua implementação.

Neste aspecto um item é particularmente importante para a operacionalização do Trabalho Social, que é aquele que traz as Especificações de Procedimentos Operacionais para Atividades Estruturantes do Processo de Reassentamento e Relocação, com destaque para:

- Procedimentos para atualização cadastral e definição final da População Alvo do projeto na Fase de Execução das obras;
- Orientações para a Atualização do Plano Executivo com Definição dos Reassentados, Relocados e Consolidados.
- Condições prévias e procedimentos para remoção de famílias.

2.6.1 – OBJETIVOS

Diante deste contexto e dos objetivos gerais do **Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental**, são objetivos deste Projeto:

Objetivo Geral

Assegurar a realização das ações de natureza social necessárias à compreensão e acompanhamento do processo de obras e à operacionalização do Plano de Reposição de Moradias e Reassentamento de Populações, de modo a assegurar uma implementação tranqüila do projeto, com compromissos bem negociados com a população.

Objetivos Específicos

- Promover reuniões preparatórias por trecho de obras afim de preparar o afetado na escolha da opção desejada.
- Promover a organização da população e o estabelecimento de compromissos para conter/inibir novas invasões;
- Oferecer, por meio de contratos claros, as condições necessárias para evitar interferências negativas e propiciar a segurança da obra e convivência harmônica entre a equipe técnica e a população, de modo a favorecer o andamento das obras;
- Prestar orientação e apoiar todo o processo de convivência com as obras, com vistas a minimizar possíveis transtornos na vida domésticas das famílias;
- Organizar o cadastro de informações sociais necessárias para a concretização da regularização fundiária;

- Iniciar o processo de discussão sobre a gestão condominial das famílias a serem reassentadas;
- Promover a preparação, organização e acompanhamento das famílias com necessidades especiais para garantir que no reassentamento a adaptação social ao novo meio ocorra de forma tranqüila para as famílias;
- Promover o mapeamento das situações especiais e estabelecer acordos claros de tratamento das mesmas.

2.6.2 – Referencial Conceitual e Estratégias Metodológicas

O referencial conceitual mais importante neste processo de acompanhamento dos grupos atingidos/beneficiados pelas obras, melhorias e remoções diz respeito ao chamado “processo de contratação” entre a população e poder público em relação aos compromissos de casa um para a viabilização destas ações.

Entende-se por contratação a etapa do projeto destinada à construção, pelos agentes diretamente envolvidos na ação, de uma base de referencia sólida no que se referem aos objetivos, princípios e compromissos que manterão as suas ações, permitindo, assim, a consolidação do projeto coletivo. O compromisso deste coletivo torna-se essencial para o enfrentamento dos desafios a um projeto dessa natureza.

“Contratar” é, assim, tornas explícitos elementos essenciais que parecem óbvios para poucos, são parcialmente claros para alguns e completamente obscuros para vários. Só a partir de então poderão sr “assinados” os acordos. Este momento, considerado constitutivo de uma equipe, favorecerá o processo de passagem de um agrupamento de indivíduos para um grupo de trabalho.

Neste sentido, serão destacados:

- Objetivos a serem atingidos;
- Princípios que nortearão a ação;
- Compromissos; e
- Organização interna para execução, considerando as diretrizes, papéis e funcionamento da equipe (sistemática de gerenciamento, níveis de decisão).

2.6.3 – Ações e Atividades Propostas

Este Plano está subdividido em etapas que se relacionam à lógica de obras apresentada anteriormente.

As etapas se relacionam com as grandes metas do Projeto e, por isso, são diferenciadas em termos do tipo de solução ofertada a cada família, considerando:

- Reassentamento de Famílias no Conjunto Habitacional
- Reassentamento de Famílias nas Unidades Habitacionais
- Remoção de Famílias para Moradia Transitória;
- Remoção de Famílias por permuta por casa através do bônus.
- Expropriação de famílias por meio de indenização.
- Indenização para proprietários não residentes
- Bolsa Moradia Transitória.

No total têm-se as seguintes etapas:

- Atividades Gerais de Suporte às Obras e ao Congelamento da área;
- Atualização cadastral e Consolidação das Regras de Atendimento e Cadastro;
- Detalhamento e Atualização do Plano de Reassentamento e Relocações, a partir da Atualização Cadastral e do Plano de Ataque das Obras;
- Acompanhamento das Obras, Preparação e Operacionalização do Reassentamento de Famílias no Conjunto Habitacional;
- Acompanhamento das Obras, Preparação e Operacionalização da Relocação de Famílias no próprio Núcleo, incluindo Remoção e Acompanhamento de famílias em Moradia Transitória;
- Acompanhamento das Obras de Urbanização do Núcleo e de Melhorias de Unidades Habitacionais.

ETAPA 1 – Atividades Gerais de Suporte às Obras e ao Congelamento da Área

Sinalizar com placas indicativas de impedimento de novas construções toda área de obra. Estabelecer uma parceria com a Prefeitura Municipal de Manaus, no sentido da mesma colaborar com a vigilância da área evitando a implantação de novas moradias após a aplicação do Cadastro.

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Apoio às ações de fiscalização/congelamento da área	Participar da discussão do Plano de Fiscalização e Apoiar, no que couber à equipe Social, a Equipe de fiscais da Prefeitura para a realização do congelamento da área e das ações preventivas para evitar novas ocupações.	Participar das Atividades de Formulação do plano de Fiscalização Monitorar e implantação pela Prefeitura de placas nas áreas com identificação do Projeto e informações das regras; vistorias periódicas pela equipe de fiscalização; apoiar a abordagem individualizada dos responsáveis por novas construções, recomendando paralisação da construção e seu desmonte, apoiar o processo de demolição das construções irregulares que persistirem; estabelecimento de Plano de Ação conjunto com a Comissão de Representante, Moradores e com a Equipe de Fiscalização da Prefeitura.	Contínuo. A partir da assinatura do contrato.
Atividades de discussão do cronograma de obras com população e Comitê	Viabilizar o acompanhamento das obras e a efetivação das ações necessárias à sua execução, junto à população.	Reuniões gerais; reuniões por grupo; utilização dos instrumentos informativos específicos; plantão social.	: Início: No mês do início das obras. Duração: Durante todo o período de obras visando o acompanhamento sucessivo das etapas.
Visitas periódicas às obras	Acompanhar a execução das obras.	Visitas periódicas às obras.	: Durante todo o período de obras na área de Reassentamento e no próprio núcleo.

ETAPA 2 - Atualização Cadastral e Consolidação das Regras de Atendimento e Cadastros

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Atualização cadastral das famílias	Acompanhar e controlar a atualização do cadastro das famílias residentes na área de afetação da obra selecionada com vistas a definir a população a ser efetivamente atendida pelo programa, conforme regras detalhadas no Plano de Reassentamento e possibilitar o início do processo administrativo de desapropriação.	Visita inicial para assegurar que a pessoa residente é a cadastrada. Informar os moradores sobre os documentos necessários para a atualização cadastral; Visita Domiciliar para a aplicação da pesquisa; Levantamento de campo de checagem do cadastro anterior.	A partir do indicativo de frente de obra.
Atividades do trabalho social de preparação para o remanejamento	Iniciar o processo de preparação da população para o remanejamento, assegurando que todas as famílias recebam orientação sobre as obras e sobre as opções disponíveis para o reassentamento.	Visita domiciliar 1º Contato Visita domiciliar Identificação Situação de risco Visita domiciliar para verificar caso de morador sem cadastro Reunião "Conhecendo o PROSAMIM" Reunião "Saiba tudo sobre a opção bônus" Reunião "O que preciso saber sobre a Indenização" Reunião "Eu amo o Centro de Manaus minha opção e ficar" Entrevista individual "Eu e minha casa no Igarapé" orientação para ass. do termo de adesão Reunião de preparação para a moradia transitória Elaboração de relatório técnico dos trabalhos preparatórios, confirmação da adesão. Determinação dos critérios para escolha do endereço.	A partir da definição de frente de obra até 90 dias
AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Estudo de caso	Identificar e abordar	Consulta ao Banco de	A partir do 1º mês,

das famílias com alterações cadastrais	preventivamente problemas que possam interferir no processo de transferência com famílias que não cumprem as regras de cadastro.	Dados; entrevista individualizada com as famílias; emissão de parecer social para as famílias que requerem tratamento específico e reunião com a Comitê de Representantes.	durante todo o remanejamento.
Consolidação do banco de dados sociais, geração da listagem de cadastros atualizados para atendimento e emissão do comprovante de atualização cadastral.	Atualizar as informações acerca das famílias residentes na área considerando as informações pendentes no período entre a pesquisa e o início do Projeto	Lançamento dos dados resultantes dos Estudos de Caso, complementação dos mesmos;	A partir do 7º mês, durante 2 meses.
Manutenção do banco de dados	Manter atualizadas as informações acerca das famílias residentes nos núcleos considerando as informações pendentes havidas no período entre a pesquisa e a atualização cadastral.	Realizar visitas domiciliares de cruzamento dos dados e de complementação dos mesmos; atualizar o banco de dados constantemente a partir das informações do Plantão Social e visitas.	Após a finalização da atualização cadastral, ao longo do projeto.

A pesquisa sócio-econômica, apesar de ter cadastrado todos os imóveis beneficiados pela intervenção, não o fez em relação a todas as famílias. Assim, tanto pelas informações pendentes, quanto pelas alterações que tenha havido na área, faz-se necessário consolidar este Banco de Dados à luz da realidade do momento de início do Projeto.

ETAPA 3 – Atualização e o detalhamento do plano de reassentamento e contratação dos termos de adesão por tipo de atendimento.

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Mapeamento das famílias por tipo de atendimento	Mapear as famílias beneficiárias considerando as intervenções previstas para o reassentamento.	Consulta ao Banco de Dados e projetos de intervenção e reunião por grupos após o mapeamento.	4 meses antes do reassentamento de cada grupo. Duração: 2 meses.
Estudo de caso para levantamento de necessidades especiais de famílias a serem reassentadas	Identificar situações especiais dos beneficiários que possam interferir no processo de remanejamento ou que o remanejamento possa interferir de forma problemática no seu cotidiano.	Informação da atividade; atendimento no Plantão Social; entrevista individualizada; emissão de parecer social das famílias que necessitam de abordagem multidisciplinar (idosos, pessoas portadores de deficiências) ou que apresentam resistência.	3 meses antes do reassentamento de cada grupo. Duração: 2 meses.
Assinatura do termo de adesão para cada tipo de atendimento	Garantir pactos claros com as famílias a serem atendidas, assegurando-se que as mesmas estejam informadas sobre todas as condições relativas à nova moradia e que sejam formalizados os compromissos de operacionalização do projeto entre todas as partes envolvidas.	Realizar encontro para realização de entrevista e Assinatura dos Termos de Adesão com o Programa.	3 meses antes do reassentamento de cada grupo. Duração: 2 meses.
Formação de grupos por fase e tipo de atendimento habitacional	Mapear as famílias beneficiárias considerando as intervenções previstas para cada área e respectivos cadastros para iniciar o trabalho de estruturação dos grupos de vizinhança.	Geração de planta atualizada por etapa e tipo de solução; consulta ao banco de dados projetos de intervenção; reunião por grupos após o mapeamento.	4 meses antes do reassentamento de cada grupo. Duração: 2 meses.

ETAPA 4 – Acompanhamento das Obras, Preparação e Operacionalização do Reassentamento das Famílias.

Esta é, na verdade uma macro etapa, dividida em Etapas Setoriais que organizam as atividades de trabalho com as famílias que serão atendidas.

ACÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERIODO
Acompanhamento das obras de infraestrutura e produção habitacional na área de reassentamento	Acompanhar e informar à população a ser transferida acerca do cronograma de obras.	Reuniões com equipes de obras; Reuniões gerais informativas com a população; reuniões com as entidades sociais da área; reuniões informativas com o Comitê e visitas periódicas à área em obras.	Durante todo o período de obras na Área de Reassentamento.

ETAPA 4.1 – Ações de Contratação do Processo de Reassentamento

ACÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERIODO
Abertura do processo administrativo individual para a formalização do atendimento às famílias a serem reassentadas	Formalizar o processo de atendimento, a partir da Assinatura do Termo de adesão, que define a solução habitacional pactuada.	Reuniões de informação com grupos de moradores; plantão de levantamento da documentação dos moradores; formação dos processos administrativos.	4 meses antes do reassentamento de cada grupo. Duração: 2 meses
Reuniões técnicas de reapresentação do projeto à comunidade (temas: unidades/ áreas públicas/ regularização fundiária)	Retomar com a comunidade a proposta para a área de Reassentamento.	Reuniões com grupos de mudanças.	4 meses antes da mudança de cada Grupo.

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERIODO
Vistoria dos moradores à obra (preparatória para a escolha dos endereços)	Garantir o reconhecimento do espaço a ser ocupado pelas famílias e facilitar o processo de escolha de endereços.	Visitas monitoradas em pequenos grupos nas áreas de Reassentamento.	3 meses antes da mudança de cada Grupo.
Estruturação dos grupos de vizinhança	Permitir a organização dos grupos de vizinhança conforme a opção das famílias para facilitar a convivência futura.	Reuniões com a população para orientação da escolha dos grupos de vizinhança pelas famílias; definição da sistemática de escolha de endereços pelos grupos; escolha do representante do grupo; e Plantão Social para resolução de problemas eventuais.	45 dias antes da mudança de cada Grupo.
Discussão sobre critérios para escolha dos endereços pelas famílias	Garantir um processo consensuado de escolhas dos endereços, bem como, assegurar o atendimento diferenciado para situações especiais, tais como: idosos, portadores de necessidades especiais, etc.	Reuniões com a comunidade.	45 dias antes da mudança de cada Grupo
Escolha dos endereços	Garantir o direito à escolha das unidades pelas famílias, respeitados os critérios e a sistemática definida, de modo a favorecer laços familiares, afetivos e de solidariedade existentes entre as famílias e, contemplar o atendimento adequado a comerciantes, idosos e portadores de necessidades especiais.	Consulta ao banco de dados; visitas domiciliares e estudos de caso; reuniões com a comissão; Oficinas com os Grupos.	45 dias antes do prazo previsto para a mudança.

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Assinatura do termo de adesão ao reassentamento e autorização para a demolição do imóvel	Pactuar claramente com as famílias a serem reassentadas todas as condições relativas à operacionalização dos reassentamentos, estabelecendo também compromissos claros quanto à contrapartida das famílias, especialmente quanto à imediata demolição do imóvel que ocupam.	Preparar Termo de Adesão explicitando a reposição da Moradia Precária, que será demolida pela nova moradia, bem como as demais condições de operacionalização do reassentamento; Colher assinatura do Termo.	2 meses antes do prazo previsto para mudança.
Reuniões com grupos de vizinhança para esclarecimentos, e leitura do manual do proprietário, direitos e obrigações do título, quando se tratar de unidade e de termo de permissão de uso, quando casa em conjunto.	Esclarecer os beneficiários sobre cada instrumento que será aplicado conforme situação específica.	Reuniões; elaboração de material explicativo.	30 dias antes do reassentamento de cada grupo.
Oficina de preparação para a ocupação da nova moradia – Etiqueta urbana	Trabalhar normas de comportamento urbano, buscar a inclusão das famílias beneficiárias nas tarifas sociais de água, energia.	Reuniões com a presença das concessionárias de água e energia.	2 meses antes da mudança de cada grupo.

Etapa 4.2 – Preparação, Apoio e Suporte à Gestão dos ACAV provisório.

Estas atividades se integram ao Projeto de Avaliação e Acompanhamento Pós-Ocupação, contudo, estão inseridas nesta ação para que o grupo se aproprie do tema antes da mudança.

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERIODO
Qualificação dos líderes de grupos de vizinhança em gestão condominial	Assegurar informações e treinamento sobre regras de convivência social, obrigações e direitos preparando o grupo de líderes para assumir a gestão condominial dos edifícios, identificando o papel e a responsabilidade de cada um no processo de autogestão.	Reuniões quinzenais com o grupo de líderes para discussão dos temas/informações relativas à compreensão do tipo de gestão; reuniões específicas por subgrupo de líderes, dadas as proximidades e afinidades entre eles, quando for o caso reuniões gerais ordinárias e extraordinárias para sequencialmente ir amarrando a organização pretendida.	Início – 2 meses antes da transferência e nos dois primeiros após a ocupação das unidades.

ETAPA 4.3 – Relocação para Moradia Transitória

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Mapeamento das famílias a serem atendidas com bolsa moradia.	Organizar o atendimento das famílias cujas moradias estão localizadas em frente de obras e que serão atendidas com auxílio moradia.	Mapeamento das famílias; reuniões para planejamento do atendimento com as famílias.	2 meses antes da mudança com o auxílio moradia.
Orientação às famílias beneficiárias sobre as regras de auxílio moradia/escolha da casa.	Orientar as famílias acerca das regras e encaminhamentos necessários para escolha do imóvel.	Reuniões.	2 meses antes da mudança com o auxílio moradia.

2.7 – PROJETO 3: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

2.7.1 – Contexto do Desenvolvimento do Trabalho

As áreas de intervenção do PROSAMIM, selecionadas para a intervenção são caracterizados pela ocupação irregular de população de baixa renda e pelas condições de degradação ambiental, habitacional-urbanas e socioeconômicas que definem um quadro de exclusão em relação à “cidade regular”.

As condições de risco são determinadas principalmente em função da localização das moradias: inseridas nos leitos e margens dos igarapés, sujeitas a alagamentos em períodos chuvosos e limitados por igarapés altamente poluídos, onde são lançados diretamente esgoto e lixo.

Estas condições conformam um cenário de grande desafio para o desenvolvimento de ações de educação ambiental, especialmente no que diz respeito à sensibilização para a construção de uma relação positiva com o meio ambiente.

Os problemas físico-ambientais que marcam o habitat atual têm uma clara interrelação com as características sociais e econômicas e demais indicadoras de condições de vida, como a baixa renda familiar, baixa qualificação para o mercado de trabalho, alto índice de desemprego e baixa escolaridade.

O caráter multidimensional desta realidade não permite uma abordagem setorial dos problemas em questão, mas determina a necessidade de projetos de diferentes disciplinas interligadas e focalizadas para a construção de um novo estágio de desenvolvimento sócio-ambiental da comunidade.

A Ação Estratégica de Educação Sanitária e Ambiental a ser desenvolvida com as famílias integra as suas atividades com as demais ações estratégicas e implementa-se em articulação e colaboração com profissionais de áreas diversas e a participação da população residente na área objeto do programa

O tema meio ambiente por sua natureza interdisciplinar, necessariamente deve incorporar ações partilhadas e combinadas entre diferentes secretarias municipais e diferentes entidades da sociedade civil.

2.7.2-Objetivos

São objetivos deste projeto de educação sanitária e ambiental.

Objetivo Principal

Desenvolver na população beneficiada pelo PROSAMIM compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, de modo a construir e fortalecer consciência crítica sobre a problemática sócio-ambiental, induzindo sua participação na construção e manutenção do ambiente recuperado, garantindo-lhe assim o mais legítimo exercício de cidadania.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos estabelecidos são:

- Desenvolver junto aos moradores, um processo que contribua para que se adquira uma visão compreensiva da realidade local e global relativo ao meio ambiente;
- Desenvolver atividades específicas de sensibilização abordando a temática ambiental com ênfase em: Mananciais Hídricos e Áreas de proteção; Higiene e Saúde; usos racionais de Água e rede de Infra-Estrutura; Resíduos Sólidos; Uso e Ocupação do Solo;
- Criar condições para a problematização e visão crítica dos problemas vivenciados no cotidiano das comunidades locais com relação ao meio ambiente;
- Permitir que os moradores identifiquem as causas dos problemas e suas inter-relações com a ação de diversos atores, bem como, definam os problemas que devem se constitui em prioridade de ação;
- Fomentar a identificação de caminhos para equacionar problemas ambientais de forma integrada, por meio de Oficinas e atividades de Planejamento definição participativa de estratégias de ação para busca de solução para os problemas priorizados;

- Fomentar a organização e mobilização comunitária em torno do meio ambiente, bem como, a formação e capacitação de lideranças como agente multiplicadores ambientais para atuar na recuperação, conservação e defesa do meio ambiente, e na coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos e plantio de mudas e arborização;
- Induzir à transformação de hábitos e atitudes frente à apropriação, utilização e manutenção dos benefícios implantados pelo projeto de urbanização. Especialmente quanto ao uso correto das instalações sanitárias;
- Fomentar a sustentabilidade sócio-ambiental global do projeto com o desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas, incorporando a arte-educação como estratégias, em torno das seguintes questões básicas: Restrições quanto ao uso e ocupação dos novos ambiente construídos; Utilização adequada dos equipamentos e infra-estrutura instalada; consumo racional e novos encargos (conta de água, etc) ;
- Desenvolver atividades em parceria envolvendo os moradores e as instituições locais, no sentido da construção e manutenção de ambientes saudáveis e sustentáveis.

2.7.3 - Referencial Conceitual e Estratégias Metodológicas

Em uma concepção ampla pode-se considerar que a Educação Ambiental é um processo de educação que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como, a formação de atitudes que se transformem necessariamente em práticas de cidadania com vista a uma sociedade sustentável.

Assim a educação ambiental, mais que uma disciplina ou área de saber é um conjunto de idéias direcionadas à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio do ecossistema para todos os seres vivos. Assim, além de ser um efetivo instrumento de gestão, ele deve tornar-se uma filosofia de vida.

A compreensão da necessidade de recuperar, conservar, garantir e compatibilizar o desenvolvimento com a sustentabilidade, enquanto expressão de preocupação; mundial é relativamente recente.

Este Projeto de Educação Ambiental e Sanitária – PEAS foi formulado a partir das diretrizes para Educação Ambiental estabelecidas na Lei 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA que, em síntese, define que “a educação ambiental deve se pautar por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das inter-relações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos. Mais até que uma abordagem sistêmica, a educação ambiental exige a perspectiva da complexidade, que implica em que no mundo interagem diferentes níveis da realidade (objetiva, física, abstrata, cultural, afetiva...) e se constroem diferentes olhares decorrentes das diferentes culturas e trajetórias individuais e coletivas”.

Além da legislação específica, levou-se em conta o disposto na Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Amazonas que entre outros, tem como objetivos, no seu Capítulo II, Art. 2º. O seguinte:

Difundir conhecimentos, visando conscientizar a sociedade sobre a importância estratégica dos recursos hídricos e sua utilização racional;

Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a proteção ao meio ambiente.

Da mesma forma, considerou-se a Política Estadual da Prevenção e Controle da Poluição, Melhoria e Recuperação do Meio Ambiente e da Proteção aos Recursos Naturais, disciplinada por meio da Lei N° 1.532, de 06 de julho de 1982, que estabeleceu as bases para a atuação do Governo Estadual no âmbito do meio ambiente, entre outras, com a seguinte orientação (Art. 2º):

- *Incentivar programas e campanhas de esclarecimentos com vistas à estimulação de uma consciência pública voltada para o uso adequado dos recursos naturais e para a defesa e a melhoria da qualidade ambiental.*

Disso decorre que o trabalho de educação ambiental necessita abordar a complexidade das causas e efeitos das ações humanas desde o nível local ao mundial, em um esforço de identificar os agentes ou atores envolvidos (governos, empresas, instituições, pessoas, processos produtivos ou de desenvolvimento urbano, etc) na perspectiva de compreender os papéis as responsabilidades ambientais e as ações necessárias para correções de rumo e para o desenvolvimento sustentável.

O conteúdo das atividades a serem implementadas está relacionado com a construção participativa do Plano de Educação ambiental, que deve ser discutida e complementada por um conjunto de atividades estruturantes a ser negociado com a população (atividades , cursos, oficinas e ações de temas pré- definidos, considerados básicos do trabalho de Educação Ambiental: lixo, coleta seletiva, artesanato de sucata, água , esgotos energia elétrica, mudas , jardinagem e arborização e instrumentos de comunicação). O método proposto para o monitoramento e auto- avaliação das ações é participativo e progressivo e também possui a flexibilidade necessária para incorporar eventuais complementos.

2.7.4 - Etapas e Atividades Propostas

Esta ação estratégica será implementada em quatro etapas integradas e complementares que se articulam com o desenvolvimento das obras de urbanização e mobilização em torno da questão ambiental, a saber:

- Sensibilização da comunidade para a temática ambiental;
- Formulação do Plano de Educação Ambiental e Sanitária com a Comunidade;
- Implementação de Ações de Educação Sanitária e Ambiental para os problemas prioritizados;
- Apropriação e conservação do paisagismo do Conjunto de Reassentamento.

Destaca-se que as ações de educação ambiental após o reassentamento estão lançadas no Projeto de Pós-Ocupação.

São as seguintes as atividades a serem desenvolvidas em cada Etapa:

ETAPA 1 - Sensibilização da Comunidade para a Temática Ambiental

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Atividades de educação quanto à condição das áreas de proteção de mananciais	Ampliar o nível de informação da comunidade sobre a condição da área que ocupam, sua importância para os mananciais metropolitanos e os cuidados para sua conservação.	Reuniões com a comunidade, atividades lúdicas e educativas com vídeos, cartilhas, etc.	Início fase inicial de contato com a comunidade, e se estende ao longo do projeto.
Realizar mutirões de limpeza nas áreas	Realizar Mutirões de Limpeza tendo em vista a criação de novos hábitos em relação aos resíduos sólidos.	Mobilização, reuniões com lideranças, estabelecer parcerias com Secretarias e entidades, realizar mutirão.	Início no 1º mês – Duração: 2 meses.
Oficinas e atividades relacionadas ao resíduos sólidos domésticos.	Realizar Oficinas e atividades de re-uso, reciclagem e outros, para sensibilizar quanto à destinação adequada e consumo responsável.	Conteúdo das Oficinas de Etiqueta Urbana e encontros lúdicos com a comunidade.	: 1 mês antes da mudança – Duração 02 meses.
Implantar ao longo da intervenção da obra dois grupos de Promotores da Juventude e dos direitos humanos - Agentes Jovens -	Formar quatro grupos com 25 jovens cada, grupos de agentes ambientais, buscando atingir crianças, jovens	Estabelecer parceria com a Prefeitura Municipal de Manaus com vista a implantar dois grupos de 30 crianças e adolescentes, cada. Reunião com a comunidade, fomentar a constituição de grupos de agentes ambientais.	Início no 7º mês e atividades ao longo do projeto.

ETAPA 2 - Formulação do Plano de Educação Sanitária e Ambiental com a Comunidade

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Cursos de capacitação de agentes comunitários ambientais	Capacitação e formação de agentes comunitários ambientais multiplicadores.	Viabilizar parcerias para a realização de cursos estruturados com conteúdo teórico e oficinas práticas.	11º ao 13º mês – Duração de 3 meses

ETAPA 3 – Capacitação

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERIODO
Curso de Capacitação em Meio Ambiente, Saúde Pública e Educação Sanitária para comunitários do PROSAMIM.	Transferir aos ribeirinhos bases científicas fundamentais à justificativa do esforço individual e coletivo para adoção de hábitos de higiene e comportamento ético adequado à proteção dos diversos ambientes que compõem seu <i>nicho social</i> .	O esperado é que os beneficiários do PROSAMIM, ao se apropriarem desses conhecimentos, utilizem conceitos e orientações obtidos nas múltiplas capacitações executadas no âmbito do PPC e busquem por si mesmos soluções para a promoção da melhoria da qualidade de vida, no mais amplo exercício de cidadania, que se constitui principal foco social do PROSAMIM.	Aos 6 e 12 meses do início da obra

ETAPA 4 - Implementação das Ações de Educação Sanitária e Ambiental

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Ações de educação ambiental a partir do plano de ação	Construir de forma participativa um plano de Educação Ambiental com os comunitários capacitados. Desenvolver e viabilizar as ações definidas no Plano de Ação junto à comunidade.	Oficinas, eventos lúdicos e campanhas.	A partir do 16 ^o mês até o final do projeto, se houver ações propostas.
Implantação de atividades lúdicas específicas com crianças e adolescentes com reciclagem de resíduos sólidos	Promover a mudança de comportamento ambiental com as crianças e adolescentes, recuperando experiências lúdicas através do uso artístico do lixo reciclável.	Estabelecer parcerias com Escolas, realizar atividades lúdicas com crianças, projeção de filmes educativos.	A partir do 15 ^o mês – Duração 06 meses
Atividades lúdicas de sensibilização nas escolas	Realizar atividades lúdicas sobre educação sanitária e ambiental nas escolas, visando a sensibilização dos alunos para o assunto, e possível disseminação do mesmo pelo bairro.	Parceria com as escolas, oficinas e atividades lúdicas.	A partir do 2 ^o mês, a cada trimestre.
Realização de oficinas: reciclagem e artesanato com foco na geração de renda.	Promover a mudança de comportamento ambiental, promovendo a geração de renda através do uso artístico do lixo reciclável.	Oficinas artesanais temáticas com foco na geração de renda	Início 8 ^o mês – Duração ao longo do projeto

ETAPA 5- Apropriação e Conservação do Paisagismo e das Obras de Recuperação Ambiental do Conjunto de Reassentamento e do Núcleo.

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Apresentar o projeto de paisagismo do conjunto habitacional e da área urbanizada para a comunidade	Discutir a gestão compartilhada das áreas verdes e de lazer com a comunidade	Reuniões de apresentação do Projeto de Paisagismo	Início – 2 meses antes do início das obras do Paisagismo
Mapeamento de pessoas interessadas em participar de mutirões de paisagismo do projeto	Identificar pessoas sensibilizadas com a temática.	Reuniões de apresentação do Projeto de Paisagismo	Início – 2 meses antes do início das obras do Paisagismo
Realizar oficinas e cursos : jardinagem produção de mudas e arborização	Capacitar o grupo para desenvolver atividades de plantio de mudas e arborização, visando um possível projeto para geração de trabalho e renda.	Oficinas e Cursos , apresentação da proposta do Mutirão de Paisagismo.	Início – 1 meses antes do início das obras do Paisagismo
Realizar o mutirão de paisagismo das áreas verdes do conjunto habitacional e da área urbanizada	Fomentar a apropriação e manutenção das áreas verdes e de lazer que serão implantadas com a proposta de co-gestão dos mesmos.	Reuniões preparatórias, apadrinhamento das árvores plantadas	Início – 1 meses antes do início das obras do Paisagismo
Mutirões de calçadas ecológicas e arborização das áreas consolidadas	Fomentar a implantação de áreas permeáveis e verdes nas calçadas e passeios em parceria com a comunidade.	Reuniões preparatórias, mobilização de recursos para os mutirões , treinamento dos participantes, realização dos mutirões e apadrinhamento das árvores plantadas.	Início – 1 meses antes do início das obras do Paisagismo
Apoiar a gestão das áreas verdes do conjunto e dos parques	Fomentar a conservação das áreas verdes implantadas em parceria com a comunidade	Reuniões de orientação, cursos e eventos.	: Início - 01 mês após a implantação do Paisagismo.

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Curso de Capacitação em Meio Ambiente, Saúde Pública e Educação Sanitária para comunitários do PROSAMIM.	Transferir aos ribeirinhos bases científicas fundamentais à justificativa do esforço individual e coletivo para adoção de hábitos de higiene e comportamento ético adequado à proteção dos diversos ambientes que compõem seu <i>nicho social</i> .	O esperado é que os beneficiários do PROSAMIM, ao se apropriarem desses conhecimentos, utilizem conceitos e orientações obtidos nas múltiplas capacitações executadas no âmbito do PPC e busquem por si mesmos soluções para a promoção da melhoria da qualidade de vida, no mais amplo exercício de cidadania, que se constitui principal foco social do PROSAMIM.	Aos 6 e 12 meses do início da obra
Oficinas, Palestras e Atividades complementares.	Tratar temas específicos demandados pela execução deste Plano e do Plano de Participação Comunitária do PROSAMIM. Esta composto por três projetos e duas oficinas. Semana do Meio Ambiente; Semana da Arvore; Semana do Resgate da fauna	A metodologia a ser adotada deverá priorizar a integração entre a Participação Comunitária, Educação Ambiental, Comunicação Social, Comunitários e a sociedade civil como linha mestra de atuação.	Inicia durante o período de preparação do Projeto básico, e permanece durante todas as fases do Programa
Projeto Promotores Juvenil do Desenvolvimento Social e Humano	Desenvolver ações que facilitem a integração e interação dos adolescentes, garantir a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino, sua integração à família, à comunidade e à sociedade; e principalmente capacitar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade;	Financiado pelo Fundo Municipal de Assistência Social em parceria com o Estado o projeto e compreendido como a conjugação da Bolsa Agente Jovem e da ação socioeducativa .Se compromete a promover atividades continuadas que proporcionem ao jovem, entre 15 e 17 anos, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase sobre os	6 meses após a mudança e implantação nas novas moradias, permanece contínuo.

2.8 - PROJETO 4: APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E À GERAÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA

O fenômeno da pobreza não pode ser visto apenas de uma perspectiva econômica, mas compreendida de forma multidimensional, como resultante de questões históricas, culturais, econômicas e políticas.

Olhados os dados do perfil socioeconômico, tem-se que a população dos igarapés encontra-se em um patamar de alta vulnerabilidade no município. As questões mais preocupantes são: o elevado número de chefes de famílias mulheres, um indicativo de que seus companheiros encontram-se desempregados, mulheres com filhos menores sem companheiros, baixa renda da população, grande número de idosos morando sozinhos.

Entretanto, como coloca Caroline Moser⁵, “a análise da vulnerabilidade compreende a identificação não apenas das ameaças, mas também da capacidade de adaptação no que diz respeito a aproveitar as oportunidades e resistir aos efeitos negativos da mudança do ambiente ou recuperar-se deles. Os meios de resistência são os ativos que podem mobilizar os indivíduos a reforçar estes ativos ou deixar que eles sejam corroídos. Quanto mais ativo se tem, menor é a vulnerabilidade”.

Assim, a partir do diagnóstico realizado no Igarapé do 40 selecionado para este Plano buscou-se construir uma abordagem global, interdisciplinar, integradora dos recursos, propostas e estratégias, de forma a garantir reduzir as vulnerabilidades e fortalecer os ativos encontrados.

Neste sentido, ao lado dos fatores que vulnerabilizam, foram identificados também os ativos prioritários de investir tais como educação, trabalho, saúde, organização social.

2.8.1- Objetivos

São objetivos deste projeto:

⁵ Encontro A Pobreza Urbana, um Desafio Mundial, promovido em Recife, pelo Habitat, da ONU

Objetivo Geral

Contribuir com a redução da vulnerabilidade social da população, fortalecendo suas condições de desenvolvimento social, criando oportunidades para a inserção dos moradores no mercado de trabalho como empregados ou como empreendedores.

Objetivos Específicos

Fazem parte dos objetivos específicos a serem alcançados:

- a) Apoiar a geração de trabalho e renda para moradores da comunidade por meio das obras;
- b) Elevar o nível de escolaridade da população por meio de programas para a alfabetização e escolaridade de jovens e adultos;
- c) Melhorar as condições de inserção ocupacional dos trabalhadores informais por meio da qualificação profissional e da criação de mecanismo que apoiem esta inserção;
- d) Desenvolver ações de apoio à geração de renda e qualificação do empreendedorismo da população, inclusive apoiando os já existentes;
- e) Fomentar condições de inserção dos jovens em Programas voltados a qualificação profissional e o Primeiro Emprego;
- f) Realizar ações integradas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local;
- g) Coordenar as ações de planejamento integrado do funcionamento dos equipamentos implantados com recursos do Programa; e
- h) Coordenação a articulação institucional necessária para garantir o acesso igual ou superior às Políticas Públicas sociais básicas na região para as famílias reassentadas.

2.8.2 - Referencial Conceitual e Estratégias Metodológicas

Considerando o perfil sócio econômico da população e os recursos técnicos e financeiros pretende-se não só implementar ações locais de geração de ocupação e renda, como

também estimular a criação de laços de solidariedade. Proporcionar condições de acesso a ocupação e renda se constitui em um estímulo a elevação dos padrões de cidadania da população atendida.

Integram o referencial deste projeto as estratégias consolidadas de fortalecimento do patrimônio dos pobres. Neste sentido fazem parte desta ação as seguintes estratégias:

- ✓ Apoiar famílias com redes de segurança;
- ✓ Priorizar os grupos sociais mais vulneráveis, como jovens e mulheres;
- ✓ Se apoiar nas políticas que juntem capital humano e patrimônio social;
- ✓ Se valer das políticas de redistribuição de renda;
- ✓ Considerar a vocação econômica e o perfil do mercado de trabalho do município e seu entorno;
- ✓ Integrar os diversos órgãos, nas três esferas de governo que atuam na redução das vulnerabilidades, conjugando as iniciativas de várias secretarias e órgão não governamentais.

2.8.3 - Ações, Etapas e Atividades

A implementação deste projeto envolverá as seguintes etapas:

Etapas 1- :Desenvolvimento de atividades preparatórias da obra

Esta etapa está focada na geração de emprego na comunidade por meio da obra.

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICA	PERÍODO
Monitoramento dos postos de trabalho gerados pela obra	Acompanhar as oportunidades de trabalho geradas por meio da obra para os moradores da área.	Receber periodicamente/ verificar relação dos moradores empregados na obra, pela empreiteira.	Durante todo o período de Obras.

Etapa 2 – Desenvolvimento de ações de apoio ao trabalhador

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERÍODO
Realizar levantamento de interesses em cursos de qualificação profissional	Levantar junto à comunidade interesse de cursos de qualificação profissional compatíveis com a demanda do mercado, buscando a viabilização dos mesmos.	Realizar pesquisa para identificar os cursos de interesse referente à qualificação profissional, incluindo jovens a partir de 14 anos, pois poder ser inseridos no mercado de trabalho como aprendiz; parceria com o Posto de Atendimento do Trabalhador para identificar demanda do mercado produtivo/trabalho e suas exigências; parceria com SINE para realização da pesquisa sobre levantamento de interesses junto à comunidade.	A partir do 3º mês, durante o projeto.
Implementar/destinar vagas em cursos de qualificação profissional conforme a demanda da comunidade	Oferecer os cursos de interesse levantados junto à comunidade, considerando o mercado de trabalho e visando a qualificação profissional e possível geração de renda.	Buscar parcerias com SENDEL, SEBRAE, SENAI, SENAC, CIEE, entre outros agente sociais governamentais ou não, mas que venham ao encontro com o interesse local e de mercado; divulgar os cursos implementados junto à comunidade.	A partir do 5º mês e durante o projeto.

Etapa 3 : Implementação de Ações Integradas de Inclusão Social

AÇÕES	OBJETIVO	TÉCNICAS	PERIODO
Cursos de alfabetização e suplência de jovens e adultos nos núcleos	Assegurar a ampliação da escolaridade por meio da identificação e viabilização de atendimento de analfabetos ou pessoas apenas com alfabetização funcional, por meio de salas compostas por jovens e adultos de forma a contribuir também com sua inserção no mercado de trabalho.	Divulgação da existências das turmas; Encaminhamento para composição das turmas; Acompanhamento das atividades no período letivo.	Início: 4º mês, durante o projeto.
Ações integradas de saúde	Apoiar ações de saúde já existentes na região visando à mobilização da comunidade para participação das mesmas, bem como, articular ações de saúde para a comunidade que venham ao encontro com as propostas do Projeto.	Levantamento de demanda por meio do plantão social e reuniões realizadas com a comunidade e/ou grupos de vizinhanças por área; estabelecimento de parceria com a Secretaria de Saúde, serviços locais e agentes de saúde. Fomentar a participação da comunidade nas ações.	A partir do 5º mês e no decorrer do projeto.
Ações integradas de esporte e lazer	Identificar e encaminhar crianças e adolescentes para programas de apoio sócio-educativos e assistenciais, bem como, para escolas do entorno; desenvolver atividades culturais e educativas junto à comunidade; estimular a formação de times e equipes de esporte e lazer, melhorando as relações interpessoais e reduzindo conflitos na comunidade; contribuir com a preservação de áreas livres por meio da construção de campos, quadras e áreas de lazer.	Levantamento no plantão social das atividades de grupo, das necessidades e interesses; estabelecimento de parceria com outros órgãos e níveis de governo; encaminhamentos; fomentar a inscrição e participação nos cursos; reunião por área de interesse e organização de atividades locais de caráter cooperativo e comunitário. Estabelecimento de parceria com a Secretaria de Estado da Juventude Esporte e Lazer para a manutenção de um instrutor de educação física para orientar crianças ,jovens ,adultos e idosos.	A partir do 7º mês e no decorrer do projeto.
Eventos temáticos integrados de ação social, juventude, esportes, saúde, cultura e educação.	Integrar a comunidade, disseminar informações, além de mobilizar a comunidade para praticas de cidadania.	Estabelecimento de parceria com secretarias, serviços públicos da região e entidades para realizar atividades lúdicas como teatro, festas, campeonatos em parceria com a comunidade; etc.	A partir do 7º mês, com indicativo semestral e no decorrer do projeto.

2.9 - PROJETO 5 – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PÓS – IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Este projeto vai interferir diretamente na vida de 12 xx pessoas , dentre as quais x será reassentada em outra área .Tal situação impacta não somente na questão do espaço físico da moradia dos sujeitos envolvidos neste processo, mais também, e de forma peculiar nas relações subjetivas desses mesmos sujeitos.Mesmo o processo de relocação, que constitui o atendimento habitacional no mesmo núcleo, as vezes em outro local dele, que não se caracteriza como ruptura total da relação construída no território em que viviam, não implica na imediata adaptação ao novo espaço construído, já ele enseja uma nova realidade.

O desafio deste projeto é, portanto, subsidiar e acompanhar os moradores para a construção de uma relação positiva com o novo espaço de moradia resultante da intervenção e fomentar as condições de sustentabilidade do grande investimento necessário para a viabilização do projeto.

O projeto de pós – ocupação não se refere apenas a avaliar, medir o que foi feito, mas de acompanhar, monitorar,orientar e apoiar o processo de mudança para que se preveja e previna situações indesejadas.

2.9.1 Objetivos

São objetivos deste Projeto:

Objetivo Geral

Assegurara sustentabilidade do empreendimento após sua implantação, a partir da orientação e informação adequada aos usuários acerca do projeto implantado; da avaliação da intervenção desenvolvida, à luz dos objetivos do Projeto e da opinião dos usuários, identificando problemas ocorridos e construindo junto às alternativas de solução destes problemas; bem como, consolidar as ações desencadeadas na fase de obras pelas Ações Estratégicas de Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Emprego e Renda e Ações de Inclusão Social.

Objetivos Específicos

O Trabalho de Acompanhamento Técnico e Social pós-ocupação , seja na fase anterior à conclusão de todas as obras, seja na fase de avaliação das obras concluídas, seja no plano de ação de acompanhamento, deverão contemplar os seguintes aspectos:

- Avaliar as condições físico-espaciais e sócio-econômicas de implantação do Projeto;
- Apoiar o processo de adaptação dos moradores às novas condições habitacionais;
- Apoiar o processo de constituição e fortalecimento das organizações condominiais;
- Acompanhar o uso e melhorias das novas unidades da área de reassentamento;
- Orientar e acompanhar a adaptação das famílias para o uso e manutenção das redes de infra-estrutura;
- Planejar as atividades e utilização dos equipamentos públicos e das áreas comuns de lazer;
- Preparar e orientar as famílias acerca das condições de pagamentos das taxas dos serviços de infra-estrutura e impostos;
- Buscar fomentar a integração dos programas de atividades de educação, saúde, cultura, esporte e lazer na área;
- Apoiar a consolidação das ações desencadeadas pelo Subprojeto de Mobilização e Organização Comunitária, especialmente com o apoio à constituição de entidade representativa dos moradores;
- Apoiar a consolidação das ações desencadeadas pelo Subprojeto de Educação Ambiental;
- Apoiar a consolidação das ações desencadeadas pelo Subprojeto de Geração de Emprego e Renda e Inclusão Social.

2.9.2 Referencial Conceitual e Metodológico

A solução de reassentamento e relocação de famílias de um assentamento precário para unidades habitacionais novas construídas em área destinada para o uso residencial pode constituir-se de elemento positivo do ponto de vista de potencialidade para mudanças nos hábitos e estilo de vida, relacionamentos interpessoais e relação homem - ambiente.

Mas se a mudança representa uma alteração significativa nas condições de habitabilidade, de outro lado, ela traz desafios de mudança de cultura e hábitos.

O quadro resultante da execução da proposta para as áreas tende a operar uma mudança bastante significativa para todas as famílias que habitarão em um novo ambiente construído – da situação atual de precariedade e insegurança sobre vários pontos de vista – a condição de maior estabilidade e segurança física, social, sanitária e jurídica. Obviamente que ocorre a necessária adaptação e os ajustes causados pela transferência inevitável – mesmo negociada. Um fator considerado positivo e que é recomendável, é a possibilidade do estabelecimento das relações de vizinhança a partir da escolha dos vizinhos e endereços dos próprios moradores, evitando-se a prática de sorteios.

Mesmo para as famílias que serão consolidadas em suas atuais moradias tem-se uma mudança do seu habitat anterior.

A preocupação registrada – e que se tornou diretriz para a elaboração dos projetos de urbanização e do reassentamento em relação às compensações – é também norteadora desta Ação de Pós Ocupação. Trabalhar com a perspectiva de um programa sustentável e com resultados satisfatórios de vê ter com premissa medir os níveis de expectativa da população antes do início das obras e feri-lo após a sua conclusão e transferência definitiva para as novas unidades habitacionais, e de outra parte, definir resultados pretendidos para o projeto e avaliação após sua implantação.

A alteração do padrão de habitabilidade impõe um novo conceito de morar, principalmente levando-se em conta que entre as mudanças que deverão ocorrer, as famílias passarão de assentamento horizontal desconforme para um conjunto verticalizado. Além disso, a provisão de unidades novas padronizadas – com áreas construídas restritivas em conjunto habitacional tradicional – vertical, leva à necessidade de preparar os usuários para as novas relações que serão estabelecidas. Aqui, a Pós-ocupação deixa claro que não se trata de somente avaliara, medir o que foi feito, mas de acompanhar, monitorar, orientar e apoiar o processo de mudança – baseado, inclusive em outras experiências – para que se revejam algumas situações inadequadas.

Reveste-se de enorme importância a preocupação de que as famílias conheçam previamente os produtos que lhes estão sendo propostos, suas limitações e as possibilidades de realização de melhorias, pequenas reformas internas e principalmente sobre necessidade da correta utilização, operação e manutenção do novo conjunto – após a entrega das unidades habitacionais. Isto coloca desafios específicos para a ação pós - ocupação, como já mencionado anteriormente, no item “Riscos e Medidas de Prevenção” , que apresentou também estratégias adotadas.

A elaboração de um manual de utilização da habitação e o desenvolvimento de um processo pedagógico adequado junto às famílias no sentido do conhecimento e da compreensão dos aspectos técnico-construtivos, sociais e econômicos do novo espaço de morar será fundamental. Para isso será necessário integração com os projetos de organização e mobilização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda, além do uso de metodologia apropriadas levando-se em conta o elevado número de pessoas não alfabetizadas ou com o primeiro grau incompleto.

Como já mencionado, o nível de escolarização das comunidades envolvidas e a dificuldade de assimilação das informações relativas ao programa e aos projetos específicos demandarão uma estratégia de abordagem do público alvo que procurará encontrar os meios mais apropriados para o estabelecimento de um processo de comunicação eficiente.

O processo necessita de um monitoramento no seu todo. Serão necessárias avaliações periódicas que deverão ser utilizadas estrategicamente para a adaptação e

correção dos rumos em relação aos objetivos, estratégias e ações. São preocupações que serão estruturadas para aferição seguindo a metodologia de Avaliação Pós Ocupação, com instrumentos adequados a cada etapa do processo e que estarão mais detalhados e melhor conceituados adiante.

Será necessário integrar o conceito de preparação para o reassentamento no Trabalho Social, definindo com os atores o método de aproximação da demanda. Assim, deverão ser propostas diretrizes que apontem para a minimização dos riscos à situação de pós-ocupação.

Pretende-se que se faça o acompanhamento do processo (avaliação Pós Ocupação ex-ante ex-post) apropriando-se elementos fundamentais do programa e da política, produzindo conhecimento e relatórios com análises comparativas com outras formas de produção.

No que diz respeito à fase de avaliação, a população deverá ser integrada de maneira a entender a importância dos procedimentos propostos, em relação às pesquisas e levantamentos. Entendendo-se a Pós – ocupação como um processo em que a participação de todos os agentes é fundamental, o envolvimento da população demandatária também o é, na medida em que é a principal interessada nos resultados dos levantamentos. Embora isto seja evidente do ponto de vista técnico, isto não se qualifica desta forma para a população que vê somente o objetivo da satisfação suas imediatas necessidades, a unidade habitacional. Por isso o processo deve prever o envolvimento das lideranças em um primeiro momento, logo em seguida procurar envolver os jovens (para que possam ser sensibilizados e envolvidos no trabalho de aplicação dos instrumentos de pesquisa) e, aplicação dos instrumentais de pesquisa) e, na medida do possível, estender o processo para toda a população.

2.9.3 Etapas e Atividades Propostas

As etapas de implementação desta proposta consideram o desenvolvimento de ações relacionadas ao uso dos novos espaços de moradia, bem como, o diagnóstico das intervenções, a elaboração do Plano de Acompanhamento de Pós – Ocupação e implementação do mesmo com a comunidade.

ETAPA 1 – Desenvolvimento de Ações Pós- Ocupação do Parque Residencial, Conjunto Habitacional do governo.

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
A implantação do plantão de assistência técnica ao uso das unidades	Disseminação de informações sobre o uso adequado das unidades, orientação quanto às melhorias, resolução de problemas construtivos, bem como, monitoramento permanente de problemas identificados.	Atendimento individualizado, orientações, informações, articulação e encaminhamento de problemas para empreiteira e coordenação de obras.	A partir do 1º assentamento até o final do Trabalho Pós – obras.
Levantamento das condições de uso e ocupação das unidades habitacionais	Avaliar as condições de uso, manutenção e condições das melhorias e ampliações realizadas nas UH's , inclusive identificando o uso inadequado ou falta de manutenção.	Visitas técnicas da Equipe Física nas UH's elaboração de relatório quantitativo dos tipos de irregularidades identificadas.	Nos dois meses seguintes a cada reassentamento.
Reuniões de orientação por problema identificado nas unidades habitacionais	Orientar as famílias que cometeram irregularidades no uso e manutenção das Unidades Habitacionais.	Orientações técnicas individuais, reuniões temáticas por tipo de problema identificado.	Nos 6 meses seguintes a cada reassentamento.
Desenvolvimento de atividades informativas / educativas quanto ao uso de unidades e redes manutenção e conservação dos espaços públicos.	Fornecer materiais explicativos sobre manutenção e uso das UH's com a identificação de medidas a serem tomadas em caso dos problemas ocorridos.	Realização de Oficina de levantamento de expectativas, discussão , sensibilização e produção de cartilhas.	A partir do 1º reassentamento até o final do projeto.

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Desenvolvimento de atividades informativas / educativas quanto ao orçamento familiar frente às novas despesas	: Realizar palestras abordando os novos gastos e orientando sobre o consumo racional de água e energia e outras despesas para minimizar o impacto, fornecer materiais explicativos sobre o tema e identificar medidas a serem tomadas em caso dos problemas específicos.	Realização de Palestras e Atividades , distribuição de material informativo.	A partir do 1º reassentamento até o final do projeto.

ETAPA 2 - Apoio e Fortalecimento da Gestão Condominial na Área de Reassentamento e nos conjuntos do Núcleo

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Apoio à formação do agente de vizinhança.	Articular apoios para realizar capacitação dos membros dos Agentes de vizinhança nas áreas mais estratégicas, tais como: gestão do condomínio, gestão financeira, etc e apoiar as ações propostas pelo Conselho do Condomínio, quando couber.	Reuniões com agentes e Comissões, Cursos de capacitação Especifica em parceria, etc.	A partir do 7º mês pós-ocupação (após a constituição das Comissões) até o final da Pós-ocupação.

ETAPA 3 – Elaboração do Plano de Acompanhamento Pós-ocupação Compartilhado na Área de Reassentamento

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Oficina para definição de projetos, metas e ações para o plano de acompanhamento	Elaborar o Plano de Acompanhamento em relação às ações estratégicas propostas, abordando os seguintes aspectos principais: - Uso e Conservação das Unidades e Edificações; Uso e Conservação das Áreas Públicas e Áreas Verdes; Organização da Comunidade e dos Condomínios; Ações de INCLUSÃO e Desenvolvimento Sócio-ambiental.	Oficinas com moderação e instrumentos de Planejamento estratégico.	: A partir do segundo mês após a conclusão de todas as obras, por dois meses.
Estruturação do grupo gestor pós-ocupação com comunidade	Buscar junto à comunidade representantes para gerenciar as áreas de intervenção.	: Assembléia; eleição de grupo gestor.	A partir do segundo mês após a conclusão de todas as obras por dois meses.

ETAPA 4 – Implementação do plano de ação pós-ocupação compartilhado na área de reassentamento

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Implementar as ações definidas no plano para consolidação das ações de mobilização e organização	Consolidação do vínculo com a moradia e fortalecimento do processo de participação na unidade de vizinhança, no bairro e na cidade, inclusive corrigindo eventuais problemas detectados.	Oficinas temáticas, mapeamento de informações e reuniões na comunidade.	A partir do terceiro mês após a conclusão de todas as obras até o final da Pós-ocupação.
Implementar as ações definidas no plano para a consolidação das ações de educação sanitária e ambiental	Consolidação do vínculo com a moradia e fortalecimento do processo de participação na unidade de vizinhança, no bairro e na cidade, inclusive corrigindo eventuais problemas detectados.	Oficinas temáticas, mapeamento de informações e reuniões na comunidade.	A partir do terceiro mês após a conclusão de todas as obras até o final da Pós-ocupação.
Implementar as ações definidas no plano para consolidação das ações de geração de emprego e renda e ação local integrada de inclusão social	Consolidação do vínculo com a moradia e fortalecimento do processo de participação na unidade de vizinhança, no bairro e na cidade, inclusive corrigindo eventuais problemas detectados.	Oficinas temáticas, mapeamento de informações e reuniões na comunidade.	A partir do terceiro mês após a conclusão de todas as obras até o final da Pós-ocupação.
Implementar as ações definidas no plano para consolidação das ações de assistência técnica e controle urbanístico	Consolidação do vínculo com a moradia e fortalecimento do processo de participação na unidade de vizinhança, no bairro e na cidade, inclusive corrigindo eventuais problemas detectados.	Oficinas temáticas, mapeamento de informações e reuniões na comunidade.	A partir do terceiro mês após a conclusão de todas as obras até o final da Pós-ocupação.
Monitorar e apoiar solução de demandas relativas a serviços públicos	Intermediar a relação dos moradores com áreas responsáveis por serviços públicos onde eventuais problemas tenham sido detectados.	Reuniões com Gestores Públicos em conjunto com as Comissões e reuniões na comunidade.	A partir do terceiro mês após a conclusão de todas as obras até o final da Pós-ocupação.

ETAPA 5 – Apoio a Organização Pós Relocação/ Urbanização no entorno das obras

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Apoio à organização da comunidade na área de reassentamento	Apoiar o processo de institucionalização da organização conjuntas da população reassentada considerando o novo momento da comunidade	Mobilização da comunidade com o apoio dos comitês e lideranças locais; Oficinas com Agentes Comunitários de vizinhança, etc.	A partir do 1º reassentamento até o final do Projeto.

ETAPA 6 – Garantir o acesso às Políticas Públicas Essenciais às Famílias Reassentadas

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Consolidar dados de demandas sociais a partir da atualização cadastral e enviar para planejamento do atendimento.	Consolidar as informações acerca das famílias residentes a fim de planejar o atendimento da demanda, especialmente quanto ao atendimento de educação e saúde.	Analisar o Banco de Dados atualizado; realizar visitas domiciliares para complementação dos mesmos, caso se faça necessário; encaminhar dados para as Secretarias competentes.	06 meses antes do reassentamento de cada grupo
Monitorar o atendimento da demanda.	Garantir acesso das famílias às políticas públicas, no mínimo igual à condição anterior, com ênfase no atendimento em saúde e vaga nas escolas.	Reuniões de trabalho, plantão social de atendimento e encaminhamento de casos.	Nos 3 primeiros meses após o reassentamento de cada grupo

ETAPA 6.1 – Saúde.

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Apresentar os equipamentos e ações de saúde da região à comunidade reassentada.	Viabilizar o acesso aos serviços e programas sociais às famílias reassentadas; fomentar a participação da comunidade nas ações de saúde.	Divulgação dos programas e ações.	Após reassentamento.

ETAPA 6.2 – Assistência

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Inserir jovens e famílias vulneráveis em programas sociais compatíveis.	Viabilizar o acesso aos serviços e programas sociais às famílias reassentadas; fomentar a participação da comunidade nas ações de saúde.	Divulgação dos programas e ações.	Após reassentamento.

ETAPA 6.3 – Educação

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Mapear a demanda e a situação atual de atendimento escolar na área de origem.	Mapear a demanda existente e a situação de atendimento escolar	Verificar junto às famílias a condição de atendimento e acesso aos equipamentos de educação	03 meses antes do reassentamento de cada grupo
Fazer o planejamento do atendimento escolar das famílias a serem reassentadas com a secretaria de educação.	Planejar estratégias de atendimentos para a viabilização de vagas compatíveis com a demanda	Reuniões com os agentes envolvidos	02 meses antes do reassentamento de cada grupo, compatibilizando com o início do ano letivo
Implantar salas de EJA após o reassentamento no centro de múltiplo uso.	Estender à população local os cursos de alfabetização e de suplência de jovens e adultos, que demandam níveis mais elevados de educação formal; propiciar para a população ações efetivas na área de educação; encaminhar os jovens em idade escolar para suplência de ensino fundamental e médio	Divulgação do curso e quantidade de vagas; realizar inscrições; criar sala de EJA e MOVA para os moradores no Centro de Múltiplo Uso	Contínuo após o remanejamento

ETAPA 6.4 – Pactuar a gestão dos equipamentos implantados no projeto

AÇÕES	OBJETIVOS	TÉCNICAS	PERÍODO
Reuniões de pactuação da gestão com os representantes da comunidade.	Pactuar com a comunidade quanto à utilização dos equipamentos públicos implantados	Reunião/oficina com os representantes da comunidade; representantes apresentam quais as atividades que a comunidade desenvolve ou que gostariam de desenvolver; pactuar a utilização dos equipamentos a partir do apresentado pela comunidade e planejamento das Secretarias	03 meses antes de cada inauguração
Início do funcionamento dos equipamentos.	Acompanhar o início do funcionamento dos equipamentos implantados	Reunião com Secretaria e representantes da comunidade; divulgar o início do funcionamento dos equipamentos para a comunidade e forma de funcionamento	Nos meses de inauguração de cada equipamento
Acompanhamento do uso e gestão dos equipamentos públicos do programa.	Acompanhar e avaliar o uso dos equipamentos com Secretarias	Reuniões / oficinas de avaliação	Após inauguração, até a conclusão do Trabalho Social Pós – ocupação.

2.10 - Estrutura de coordenação e execução do trabalho

Em termos de estrutura, o Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental, concebido como de gestão integrada, terá a participação sistêmica da equipe técnica da UGPI - Coordenadora e executora do plano; das equipes técnicas da SUHAB que participam apoiando a UGPI nas ações estratégicas de reassentamento; equipes técnicas de Assessoria contratada para apoiar o estado e das instancias de participação da comunidade na gestão do projeto, CRC e GAL.

2.10.1 - Instâncias de coordenação e gestão técnica

A coordenação do Plano será exercida pela UGPI, integrada por todos os responsáveis por áreas e ações previstas na intervenção como um todo. Desta instancia de coordenação participam os coordenadores, gerentes e assessores que venham a ser contratados no âmbito do programa.

2.10.2 - Instância de gestão participativa

Constituem instancias de gestão participativa;

- As assembleias gerais ou temáticas com toda a população;
- O Comitê de Representante da Comunidade
- O Conselho de Gestão de Crises

2.11 - Estrutura técnica de execução do trabalho social.

A execução do Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental, será coordenado pela equipe técnica da SSPS/UGPI, apoiada pelas equipes técnicas da SUHAB, e equipes de consultores a ser contratado- igualmente coordenada por técnico social com experiência específica na área de Trabalho Social e Metodologias Participativas.

2.11.1 - Equipe do Estado

A equipe de coordenação e execução do trabalho técnico social será assim composta; (por escritório local)

- 01 responsável técnico pelo Plano de Trabalho Social - Assistente social, que também será coordenador dos Subprojetos de Mobilização e Organização Comunitária, Apoio a Obras e Reassentamento e Acompanhamento Pos Ocupação.
- 02 assistentes sociais.
- 01 responsável pelo sub-projeto de Educação Ambiental e Sanitária
- 01 responsável por cada grupo de Ações de apoio ao Desenvolvimento social e de geração de renda.
- 01 responsável pela fiscalização e controle da área.
- 01 responsável pela assessoria jurídica ao plano.
- 02 estagiários de serviço social a serem contratados no inicio das obras.

2.12 - Serviços a serem contratados

Estão previstos dois tipos diferentes de serviço de consultoria, um vinculado a um produto especifico, e outro de serviço contínuos, mais também vinculados a produto.

2.12.1 - Serviço especializado de pesquisa para atualização cadastral.

Objeto: A equipe a ser contratada neste caso tem como objeto da sua ação a atualização Cadastral da área.

Escopo do serviço

Os serviços previstos compreende; Visitas domiciliares de entrevista, tabulação e Processamento de Dados levantados, Geração da Relação Cadastral de Famílias identificadas em campo com identificação das alterações em relação à listagem original, geração do relatório estatístico e de situação solicitados. Conferencia e geração de planta cadastral atualizada e banco de dados com todos os elementos levantados, que

deverão ser compatíveis e incorporados pelo Sistema de execução, acompanhamento e controle do Programa.

2.12.2 - Consultoria e assessoria para apoio ao desenvolvimento do trabalho social

Objeto: A consultoria a ser contratada tem como objeto da sua ação a prestação de serviço em nível de assessoria , consultoria e execução para o desenvolvimento do conjunto de projeto de Trabalho Social, abrangendo as Ações Estratégicas/Projetos de mobilização e participação comunitária, trabalho social de apoio às obras e execução dos reassentamentos, Educação Ambiental e Sanitária e Trabalho Social Pós- Ocupação através de apoio a realização de reuniões, oficinas, eventos temáticos, seminários, cursos de capacitação, cursos profissionalizantes. Em relação as ações de Geração de Emprego e renda e Ações de Inclusão social, que também serão desenvolvidas a partir de políticas específicas de governo em parceria com a Prefeitura de Manaus, ou ainda através de convenio/contrato com o SEBRAE , SENAC, CEFET, a consultoria apoiara todo planejamento, monitoramento e avaliação.



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS



PROJETO BÁSICO AVANÇADO DO IG40
Aspectos Sociais - Tomo II

CAPÍTULO 3

ORÇAMENTO



PROSAMIM

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS

CONCREMAT
E N G E N H A R I A

O Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental está estruturado em seis ações estratégicas, que funcionam como projetos. O Orçamento porem encontra-se agrupado em quatro macros ações: Apoio à mobilização e Organização Comunitária, Educação Ambiental e Sanitária, Geração de Trabalho e Renda e Comunicação Social Comunitária.

A composição do orçamento foi estruturado a partir do programado no Quadro de Custos e Financiamento nas seguintes proporções:

Participação Comunitária	100%
Educação Ambiental e Sanitária	60%

**PROSAMIM**PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS**UGPI**UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS**CONCREMAT**
ENGENHARIA

Proposta Orçamentária

APOIO A MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Serviços técnicos especializados em Pesquisa/ atualização cadastral	440,88
Serviços técnicos especializados /Assessoria e consultoria	1.072,00
Oficinas	144,00
Instalação e funcionamento do Escritório de gestão compartilhada	450,00
SUB- TOTAL 1	2.106,88
EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Serviços técnicos e especializados	R\$ 198,00
Oficinas	R\$ 167,00
Eventos	R\$ 51,48
Promotores do meio ambiente*	456,96
Material didático de comunicação	R\$ 31,20
SUT-TOTAL PARCIAL	R\$ 904,64
Promotores do meio ambiente*	456,96
SUB- TOTAL 2	R\$ 447,68
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Serviços técnicos especializados /Assessoria e consultoria	813,12
SUT-TOTAL 3	813,12
COMUNICAÇÃO SOCIAL / TRABALHO SOCIAL	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Produção de material gráfico informativo e de divulgação	R\$ 160,00
Produção de material áudio visual informativo e de divulgação	R\$ 120,00
SUB- TOTAL -4	R\$ 280,00
CUSTO TOTAL PROPOSTO	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
SUB- TOTAL 1	2.106,88
SUT-TOTAL 2	447,68
SUT-TOTAL 3	813,12
SUB- TOTAL -4	280,00
TOTAL GERAL	3.647,68



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS

CONCREMAT
E N G E N H A R I A

CAPÍTULO 4

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS

CONCREMAT
E N G E N H A R I A

Arquivo separado.



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS

CONCREMAT
E N G E N H A R I A

CAPÍTULO 5

RESULTADOS ESPERADOS

5 Resultados Esperados.

O exercício do trabalho com a comunidade nas condicionantes sociais e ambientais realizado de forma descentralizada, demandando a mão de obra da mesma equipe se tornou um entrave técnico no início da execução do PROSAMIM Primeiro Financiamento, Para o Segundo Financiamento estamos propondo um Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental , onde estão integradas ações nas áreas do serviço social, educação ambiental e sanitária, geração de emprego e renda e comunicação social.

Com a implantação deste plano integrado espera-se obter os resultados listados a seguir:

5.1 Resultados de impacto

- A transformação do cenário da cidade de Manaus de áreas de exclusão social e territorial, a que estão submetidas as áreas dos igarapés e sua população, a partir da dotação de níveis de habitabilidade validados pela própria cidade, integrando-as do ponto de vista espacial, social e fundiário à cidade legal, viabilizando para seus moradores uma moradia digna, contribuindo com a redução do déficit habitacional do município de Manaus;
- A melhoria da qualidade ambiental e dos mananciais hídricos ocupados irregularmente pela população;
- A redução dos níveis atuais de vulnerabilidade social da população da área de intervenção do PROSAMIM, por meio da ação de fortalecimento do seu patrimônio social e do enfrentamento dos fatores que dificultam o seu desenvolvimento social.

5.2 Resultados operacionais

Alem destes resultados espera-se que o Plano integrado apresente os resultados reportados as dimensões trabalhadas nos seis projetos de intervenção.

Dimensão Inclusão Social

- Cidadania e participação- Ampliar as condições de exercício da cidadania e da participação popular nas áreas por meio de ações de fomento à organização e a mobilização da comunidade;
- Inserção no mundo do trabalho- Ampliar as condições de acesso a trabalho e renda por meio do desenvolvimento de ações voltadas para a qualificação profissional e a capacitação para ações empreendedoras de geração de renda.

**PROSAMIM**PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS**UGPI**UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS**Dimensão moradia Urbana**

- Moradia - eliminar situações de risco vinculadas à moradia e garantir uma moradia segura e saudável para os moradores afetados pelas ações do PROSAMIM;
- Regularização fundiária - Garantir a segurança jurídica da ocupação dos imóveis inseridos na intervenção e ampliar o nível de regularidade urbanística e fundiária da cidade;
- Infra estrutura básica – Resolver de modo definitivo os problemas prioritários de acesso a infra estruturas básica da área de influencia da bacia do Quarenta;
- Qualidade ambiental – Promover o desenvolvimento sócio ambiental da região ,por meio das obras de recuperação ambiental e do investimento na construção da relação positiva da população com o meio ambiente e no comprometimento da mesma com a conservação do seu habitat e da qualidade ambiental resultante da intervenção;

Dimensão satisfação do morador

- Vida Social e comunitária; Ter ao final do projeto uma comunidade melhor organizada, mais integrada, com relação de vizinhança e rede de solidariedade mais sólidas e reconhecidas;

Dimensão melhoria da gestão

- Ampliar a capacidade da equipe técnica do Estado e dos atores diretos para execução de novos projetos;
- Melhorar a gestão publica por meio da consolidação de espaços institucionalizados de participação popular e de gestão democrática de projetos.



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS

CONCREMAT
E N G E N H A R I A

ANEXOS



PROSAMIM

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS

CONCREMAT
E N G E N H A R I A

ANEXO 1

**RELATÓRIO PRELIMINAR DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA E HABITACIONAL
CENSITÁRIA**

ANEXO 2

**RELATÓRIO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO, INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
DA COMUNIDADE.**

ANEXO 3

RELATÓRIO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS DA ÁREA DO IG. 40

ANEXO 4

ATA DA ASSEMBLÉIA PARTICIPATIVA CRC E GAL.



PROSAMIM
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS

UGPI
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS
IGARAPÉS DE MANAUS

CONCREMAT
ENGENHARIA